

relatório e contas 2002





índice

- 4** Mensagem do Presidente do Conselho de Administração
- 6** Apresentação da EPAL
- 10** Objectivos para 2002
- 14** Envolvente Económica
- 18** Área de Negócio de Produção e Transporte
- 24** Área de Negócio de Distribuição
- 30** Áreas de Suporte
- 32** Investimento
- 34** Situação Económica e Financeira
- 42** Recursos Humanos
- 46** Qualidade
- 54** Imagem, Comunicação e Cultura
- 56** Proposta de Aplicação de Resultados
- 58** Perspectivas para o Futuro
- 60** Considerações Finais

- 62** Contas
- 70** Anexo ao Balanço e à Demonstração de Resultados
- 88** Relatório e Parecer do Fiscal Único
- 96** Certificação Legal das Contas
- 98** Relatório de Auditoria Externa



Mensagem do Presidente do Conselho de Administração

N

o cumprimento das determinações legais e estatutárias, vem o Conselho de Administração apresentar o Relatório e Contas correspondente ao exercício de 2002.

Para a EPAL, o desempenho de 2002 foi marcado por um conjunto de factos que determinaram a performance da empresa de forma significativa e de que nos permitimos destacar os mais importantes.

Em primeiro lugar, a actualização do tarifário da venda da água ocorreu só em Julho, tendo consequentemente sido aplicado apenas a partir de Agosto. Tal atraso provocou perdas financeiras consideráveis, atendendo a que, durante grande parte do ano, vigoraram os preços do ano anterior.

A este efeito, acrescem os custos da reestruturação da Empresa, em que a uma redução de efectivos, levada a efeito em 2001 e 2002, com destaque para o processo de rescisões de contratos por mútuo acordo, correspondeu um elevado impacto nas contas, e a necessidade de realizar, praticamente no final de Dezembro, um reforço do Fundo de Pensões.

Não menos importante foi o montante de provisões destinadas à cobertura de prejuízos potenciais e reais decorrentes da participação financeira da EPAL na Prolagos (Brasil), o que permitirá garantir, no futuro, a respectiva regularização sem influenciar negativamente os resultados da Empresa.

Estas situações são reflectidas, com toda a evidência, nos resultados que se apresentam e demonstram neste documento.

É de assinalar que, apesar do anteriormente referido, a EPAL continua a apresentar uma elevada solidez económica e financeira, fazendo jus às sucessivas classificações com o rating A1 pela Sociedade Portuguesa de Rating.

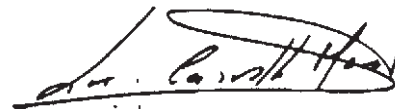
Eleito em 18 de Novembro, o actual Conselho de Administração procurou a partir dessa altura, e a par de outras iniciativas imediatas, recuperar o atraso verificado na realização de investimentos indispensáveis à consolidação operacional e financeira da Empresa, perspectivando que os efeitos de tal orientação se sintam já no próximo exercício.

Outra das alterações operadas no final do ano a que o presente relatório de gestão reporta, foi, para além da reestruturação interna visando a redução de custos e a maximização da operacionalidade da empresa, o reforço da articulação, real, prática e em todos os níveis, com o accionista, a holding AdP – Águas de Portugal, SGPS, SA. Esta é a orientação definida e que une efectivamente em todos os esforços a EPAL, a mais experiente e credenciada empresa do sector em Portugal, com o maior grupo português da área do Ambiente, a AdP.

Concentrando o nosso melhor saber e competências numa actuação empenhadamente direccionada para a superação dos desafios que nos são colocados todos os dias, contribuiremos para a satisfação e o reforço da Qualidade de Vida de todos quantos contam connosco para lhes assegurar o fornecimento de um produto e serviços essenciais e que representam um terço da população portuguesa.

Lisboa, 13 de Março de 2003

O Presidente do Conselho de Administração



(Luís de Carvalho Machado)

Apresentação da EPAL

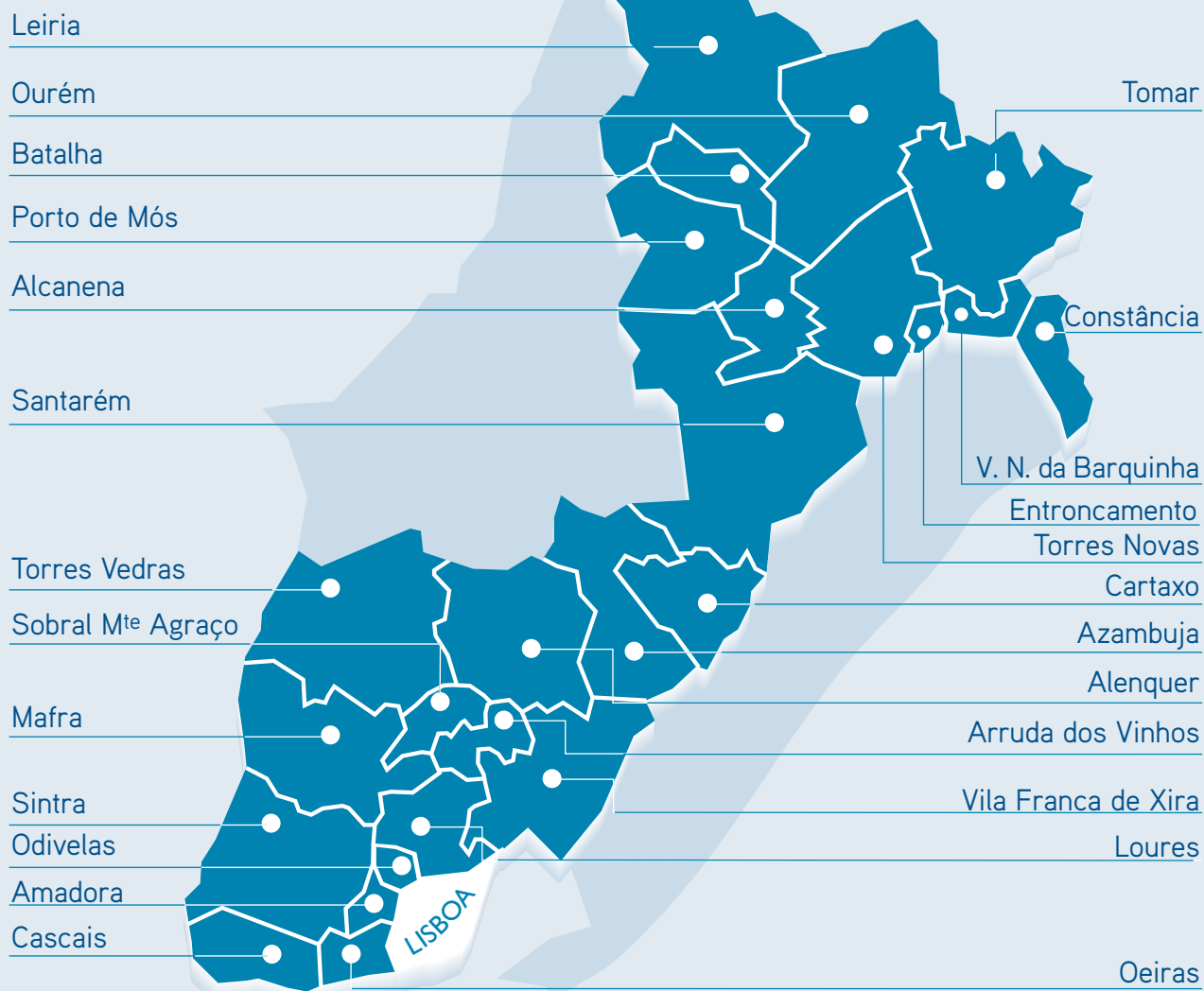


A

EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A., é uma sociedade anónima de capitais públicos, detida a 100% pela Águas de Portugal, S.G.P.S., S.A., e integrada no Grupo Águas de Portugal.

A EPAL tem por Missão o abastecimento de água para consumo humano, visando a prestação de um serviço de qualidade com respeito pelos aspectos essenciais de ordem social e ambiental e a colocação das suas capacidades ao serviço do interesse nacional.

Os estatutos da Empresa foram aprovados pelo Decreto-Lei n.º 230/91, de 21 de Junho, que estabeleceu como área de distribuição directa de água, em regime exclusivo, o Município de Lisboa e como área de fornecimento em Alta, a correspondente a 23 Concelhos limítrofes da margem norte do rio Tejo.



A composição dos Órgãos Sociais da EPAL é a seguinte:

Mesa da Assembleia Geral:

AMEGA - Associação de Municípios para Estudos e Gestão da Água, Presidente
Dr. Jorge Manuel Madeiras Silva Pracana, Vice-Presidente
Dr.ª. Carla da Conceição Afonso Correia, Secretária

Conselho de Administração

Eng. Luis de Carvalho Machado, Presidente
Dr. Armindo Carlos Cortez de Azevedo, Vogal
Eng. Amílcar Álvaro de Oliveira Ferreira Monteiro, Vogal
Eng. Valdemiro Falcão Líbano Monteiro, Vogal
Dr. João Frederico Ludovice Lança Tamm, Vogal

Revisor Oficial de Contas (Fiscal Único)

Dr. António Dias Nabais
Dr. Manuel Luís Graça (Suplente)

Conselho de Impacte Ambiental

Arq. Leonel de Sousa Fadigas
Eng. Jaime Fernando de Melo Batista
Herculano da Silva Pombo Marques Sequeira

Realizaram-se duas Assembleias Gerais no Exercício, a primeira, ordinária, a 27 de Fevereiro, na qual foram aprovados o relatório de gestão, as contas e a proposta de aplicação de resultados de 2001, procedeu-se à alteração dos estatutos da sociedade e foram mantidos no pleno exercício de funções os membros dos órgãos sociais que tinham, entretanto, atingido o termo dos respectivos mandatos.

Na segunda Assembleia, extraordinária, a 18 de Novembro, procedeu-se à eleição da Mesa da Assembleia Geral, do Conselho de Administração e da Comissão de Vencimentos da Empresa. Em consequência, os anteriores membros do CA, Senhores Dr. Augusto José Pereira Luís, Presidente, Eng. Carlos Odécio Nunes Madeira, Vice-Presidente, Eng. Fernando Eduardo da Costa Pinto, Dr.ª. Ivone Teixeira

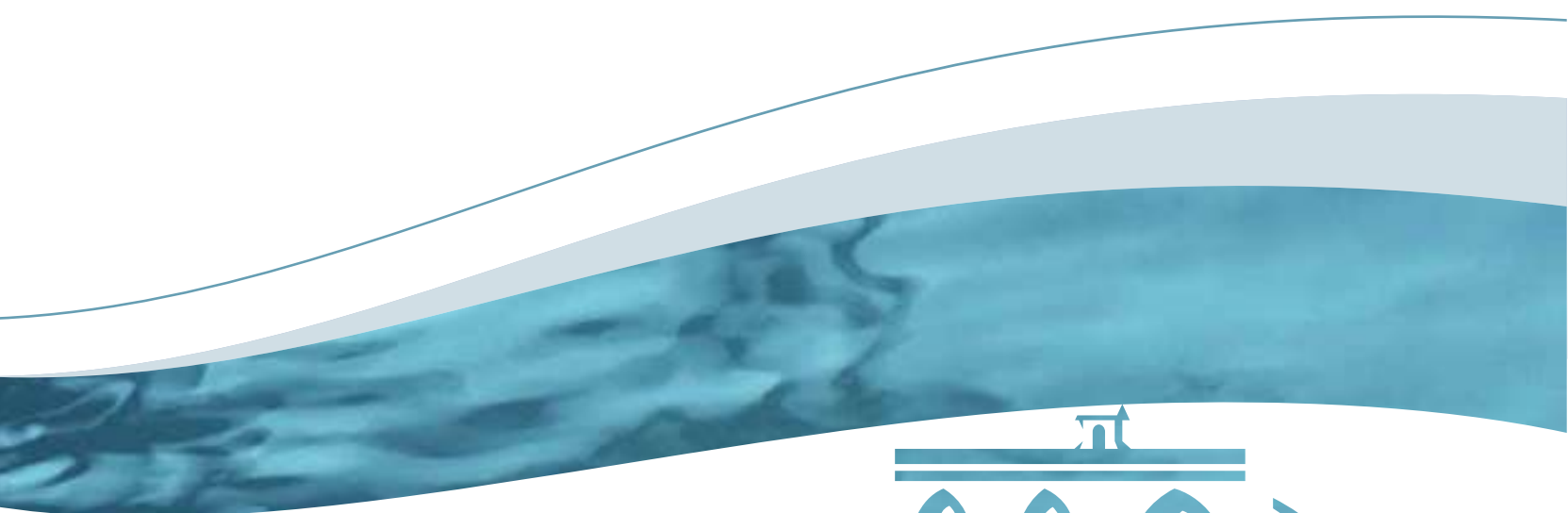
Isidoro Gomes Ferreira e Dr. Jorge Luís Ferrão de Mascarenhas Loureiro, Vogais, cessaram funções, tendo sido eleitos os Senhores Eng. Luis de Carvalho Machado, Presidente, Dr. Armindo Carlos Cortez de Azevedo, Dr. Diogo Supico de Faria e Silva, Eng. Valdemiro Falcão Líbano Monteiro e a AdP – Águas de Portugal, SGPS, SA, Vogais. Com as renúncias do Dr. Diogo Supico de Faria e Silva e da AdP, respectivamente em 16 de Janeiro e 3 de Março de 2003, foram cooptados, por deliberação do Conselho de Administração das mesmas datas, o Eng. Amílcar Álvaro de Oliveira Ferreira Monteiro e o Dr. João Frederico Ludovice Lança Tamm.

O Conselho de Impacte Ambiental analisou e emitiu parecer sobre o Plano a Médio Prazo da EPAL para o período 2002/2006.

A evolução dos principais indicadores da EPAL, no último triénio, consta do quadro seguinte:

Principais Indicadores	2000	2001	2002
Capital Social (10 ³ EUR)	150 000	150 000	150 000
Capital Próprio (10 ³ EUR)	323 923	319 660	322 452
Activo Líquido Total (10 ³ EUR)	576 844	581 623	604 887
Investimento (10 ³ EUR)	66 995	40 433	45 301
Vendas e Serviços Prestados (10 ³ EUR)	118 394	124 615	127 839
Resultado Antes de Impostos, Encargos Financeiros e Amortizações (EBITDA) (10 ³ EUR)	49 889	46 075	48 032
Resultado Antes de Impostos e Encargos Financeiros (EBIT) (10 ³ EUR)	27 039	19 436	21 770
Resultado Antes de Impostos (10 ³ EUR)	21 789	13 498	13 484
Resultado Líquido do Exercício (10 ³ EUR)	16 480	7 528	9 378
Cash-Flow (10 ³ EUR)	44 004	36 811	44 911
Número de Trabalhadores em 31 de Dezembro	1 125	935	873
Número de Clientes	326 553	331 499	334 671
Número de Municípios Abastecidos	24	24	24
População Residente na Área Abastecida	2 399 970	2 484 079	2 500 204
Área Total Abastecida (Km ²)	5 292	5 292	5 292
Água Total Fornecida (m ³)	213 300 672	218 260 074	219 422 927
Capacidade Diária de Captação (m ³)	1 047 000	1 047 000	1 047 000
Capacidade Diária de Produção (m ³)	1 017 000	1 017 000	1 017 000

Objetivos para 2002



Promoveram-se em 2002 os grandes objectivos programáticos fixados no ano anterior - Produtividade, Consolidação, Modernização e Renovação, e definiram-se cinco linhas de força que foram consideradas na realização daqueles objectivos :

Orientação para o Cliente, com melhores níveis de serviço e um sistema de abastecimento capaz de fazer face ao crescimento da procura.

Foco na Qualidade, através do alargamento da dinâmica de certificação a sectores da Empresa ainda não contemplados e da consolidação do seu desempenho ambiental, com melhoria contínua e cumprimento integral dos requisitos de qualidade do produto.

Aumento da Eficácia da organização, com a consolidação e aperfeiçoamento do novo modelo de gestão baseado em áreas de negócio, reflectida em menores custos de exploração e maior eficiência.

Prioridade ao Investimento, por forma a responder às necessidades dos Clientes actuais e futuros.

Rejuvenescimento e valorização profissional dos Recursos Humanos da Empresa, de modo a criar melhores condições para vencer o desafio do futuro.

Orientação para o Cliente

Os níveis de serviço oferecidos aos Clientes continuam a registar uma evolução positiva em áreas como a continuidade do abastecimento, a prontidão e a qualidade do atendimento e o tipo e número de reclamações.

Entre as inovações introduzidas na gestão de Clientes contam-se a preparação de um novo modelo de factura, mais claro e informativo, a promoção de

estudos de satisfação, realizados por entidades externas e por serviços internos, a utilização de novos meios de pagamento, a dinamização do site da Empresa com acrescidas possibilidades de obtenção de informação e de estabelecimento de contacto, e a edição de folhetos com instruções e informações relevantes.

Foco na Qualidade

Na sequência da aprovação do Decreto-Lei nº 243/2001, que transpõe para o direito nacional as Directivas Comunitárias relativas à qualidade da água para consumo humano, a EPAL apresentou ao IRAR um programa de adaptação aos requisitos introduzidos pela nova legislação e lançou um conjunto de iniciativas por forma a preparar a Empresa para esta nova realidade, antecipando, em vários aspectos, o próprio calendário nela definido.

No domínio da gestão das incidências ambientais decorrentes da actividade da Empresa, e no âmbito do seu Sistema de Gestão Ambiental, foram concluídos os trabalhos necessários à respectiva certificação pela NP EN ISO 14001, a qual foi obtida em 20 de Dezembro, com a atribuição, pela APCER, do certificado nº 02/Amb.76 .

Registou-se um progresso significativo na implementação do Sistema de Gestão da Qualidade na área de Clientes Directos que, auditado internamente e revisto, viu reunidas as condições para a obtenção da certificação pela NP EN ISO 9001:2000 no mês de Janeiro de 2003.

Foram, ainda, desenvolvidos, em 2002, processos tendentes à conversão dos sistemas de acreditação do Laboratório Central, do Controlo Laboratorial da Asseiceira e do Laboratório de Contadores à Norma NP EN ISO/IEC 17 025.

Aumento da Eficácia

Com a consolidação de um novo modelo organizativo e de gestão baseado em áreas de negócio, a Empresa manteve em 2002 um esforço de racionalização de efectivos e aumento de produtividade.

O primeiro semestre de 2002 foi também marcado pela entrada em exploração de um novo sistema de informação de gestão (SAP R/3), no âmbito do Grupo AdP- Águas de Portugal, com fortes implicações nos processos logísticos, administrativos, contabilísticos e financeiros.

Como iniciativa estruturante da futura gestão operacional do abastecimento a montante da cidade de Lisboa, teve arranque um projecto que congrega acções tendentes ao desenvolvimento e reestruturação do sistema de telegestão nas suas múltiplas vertentes (equipamentos, automatismos, infraestrutura de comunicações, segurança e procedimentos operativos).

Prioridade ao Investimento

Perspectivando o crescimento das necessidades de abastecimento dos seus Clientes Directos e Municipais e por forma a garantir para as próximas décadas a continuidade e fiabilidade do serviço oferecido pela EPAL, a Empresa, após cuidada análise, tomou a estruturante decisão de ampliar a sua capacidade de produção a partir da Albufeira do Castelo do Bode, investimento orçado em cerca de 75 milhões de euros.

O primeiro semestre de 2002 foi também marcado pelo arranque de um programa de reabilitação da rede de distribuição e de outras iniciativas tendentes à redução estrutural do nível de perdas físicas e económicas na cidade de Lisboa. Sob a designação de Projecto de Perdas e Fugas, este programa, cujo valor global irá ascender a cerca de 80 milhões de euros, desenrolar-se-á até 2007.

Entre 2002 e 2006, o investimento global da EPAL ascenderá a 307 milhões de euros.

Valorização profissional dos Recursos Humanos

Foi concluído no início de 2002, o primeiro ciclo de aplicação do sistema de gestão por objectivos lançado no ano anterior. Desta forma, a compensação variável das chefias da Empresa foi baseada numa avaliação do cumprimento de objectivos de desempenho concertados por cada responsável com o seu superior hierárquico. Foi também introduzida uma nova abordagem à avaliação de desempenho de todos os efectivos da Empresa.

Na área da valorização profissional, o investimento em formação registou um acréscimo de 36% relativamente a 2001, com especial enfoque nos quadros superiores e médios e nos profissionais qualificados.

Finalmente, importa referir a regularização promovida das condições de aplicação do diploma regulador da prestação do trabalho suplementar, processo que envolveu mais de 750 trabalhadores.



Envolvente Económica 2002



Economia Mundial

O ano de 2002 ficou marcado pelo lançamento em circulação do Euro, a partir de 1 de Janeiro. Este facto correspondeu à entrada na última fase da União Económica e Monetária da Comunidade Europeia e abrangeu um universo de 300 milhões de pessoas.

Durante o ano, a economia mundial continuou a registar um forte abrandamento económico, com as economias mais desenvolvidas a registarem fracos crescimentos, devido à crise de confiança dos consumidores e dos investidores que se instalou nas duas principais economias - EUA e Zona Euro. Nesta última, mesmo os países mais desenvolvidos assistiram a uma contracção da produção industrial, o que impulsionou o aumento da taxa de desemprego na Zona Euro para 8.5%, o valor mais alto em dois anos.

O Banco Central Europeu (BCE), numa tentativa de estimular as economias da Zona Euro e controlar a inflação, procedeu por 5 vezes à redução da taxa de juro de referência de refinanciamento do Eurosistema, num total de 2 pontos percentuais, de 4.75% no início do ano para 2.75% em Dezembro.

O Euro registou, em 2002, uma forte valorização face ao dólar, na ordem dos 17%, tendo atingido no final do ano os 1,04 dólares por Euro, valor máximo alcançado nos últimos três anos, fruto do clima de insegurança e de falta de confiança vivido na economia americana, motivado pelos receios de actos de terrorismo e pela iminência da guerra no Iraque.

As Bolsas mundiais registaram performances muito negativas, na sequência da crise de confiança dos investidores, tendo os principais índices das bolsas internacionais registado fortes perdas, destacando-se o Dow Jones (EUA), o Nasdaq (EUA) e o Nikkey

(Japão) que diminuíram, respectivamente, 16.8%, 31.5% e 18.6%.

As perspectivas para 2003 apontam para um crescimento económico muito moderado nos EUA e na Europa, com a inflação controlada, prevendo-se o arranque da recuperação económica apenas no final do segundo semestre.

Economia Portuguesa

A economia portuguesa registou em 2002 uma forte desaceleração, com maior incidência no segundo semestre do ano, tendo-se verificado um agravamento da generalidade dos indicadores económicos, com um crescimento estimado do PIB na ordem dos 0.7% e com uma taxa de desemprego de 6.2%, alcançada no último trimestre.

O desequilíbrio das finanças públicas e a necessidade de cumprimento dos critérios de convergência, nomeadamente o défice público de 3,0% do PIB, levou o Governo a tomar medidas excepcionais, nomeadamente o aumento da taxa do IVA de 17% para 19%, a contenção das despesas públicas e o aumento das receitas públicas através da criação de mecanismos que permitiram aos contribuintes a regularização da sua situação tributária e contributiva, beneficiando do perdão dos juros de mora e compensatórios, entre outras, medidas que permitiram que o défice público se tenha reduzido para 2.7% do PIB, muito aquém do valor fixado pela União Europeia.

A conjuntura económica vivida na segunda metade do ano foi desfavorável, com os níveis de confiança dos consumidores e dos industriais a descerem para valores negativos, registando-se a retracção da procura interna e a contracção significativa do investimento (-4.0%).

A Bolsa de Lisboa, à semelhança das suas congéneres de outros países, registou um desempenho desfavorável, tendo o índice PSI-20 perdido, no ano, 26% e descendo para níveis registados em 1997.

As perspectivas para 2003 apontam para um ano de transição, com um crescimento moderado do PIB, na ordem dos 1.2%, com o investimento a registar uma

evolução próxima da estagnação e com uma previsão de aumento da taxa de desemprego. A política económica deverá manter-se direccionada para o controlo do défice público, que se prevê atinja os 2.4%, a descer gradualmente até 2006 para 0.5% do PIB, conforme previsto na revisão do Programa de Estabilidade e Convergência.



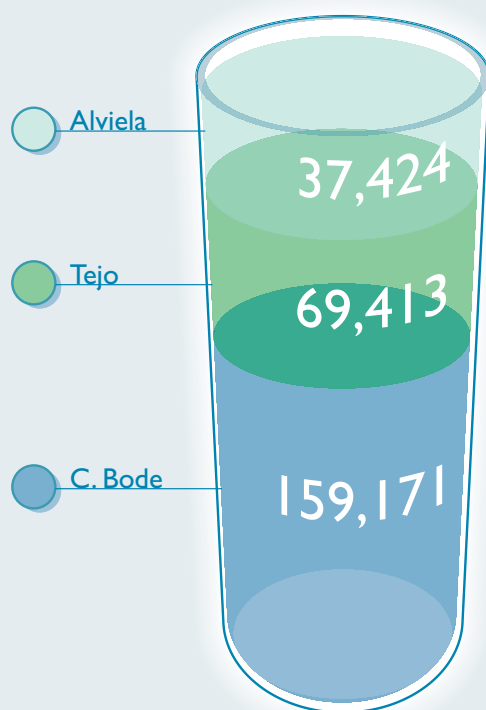
Área de Negócio de Produção
e Transporte



Água Captada e Água Produzida

Em 2002, o volume de água captada foi de 266,008 milhões de metros cúbicos, menos 2,015 milhões que em 2001.

A distribuição do volume captado pelas diferentes origens pode observar-se no gráfico seguinte:



Volume Total de Água Captado
266,008 milhões de metros cúbicos

Do volume total captado, 234,657 milhões de metros cúbicos corresponderam a águas superficiais (88,2%) e 31,351 a águas subterrâneas (11,8%).

Deduzida à água captada a água de processo, obtém-se a água produzida. Em 2002, o volume de

água produzida atingiu os 260,378 milhões de metros cúbicos, o que representa uma utilização de 5,617 milhões de metros cúbicos de água nas estações de tratamento da Asseiceira e de Vale da Pedra, com destaque especial para esta última, responsável por 98,7% da água de processo. A diferença na relação dos valores apresentados como água captada, água produzida e água de processo, da ordem dos 13 mil metros cúbicos, explica-se pela variação dos níveis de reserva na cisterna de Vale da Pedra.

Relativamente ao elevado volume de água de processo na Estação de Tratamento de Vale da Pedra, regista-se a conclusão, prevista para fins de Março de 2003, da empreitada de desidratação das lamas, o que vai permitir a redução das águas de processo para níveis semelhantes aos verificados na Estação de Tratamento da Asseiceira.

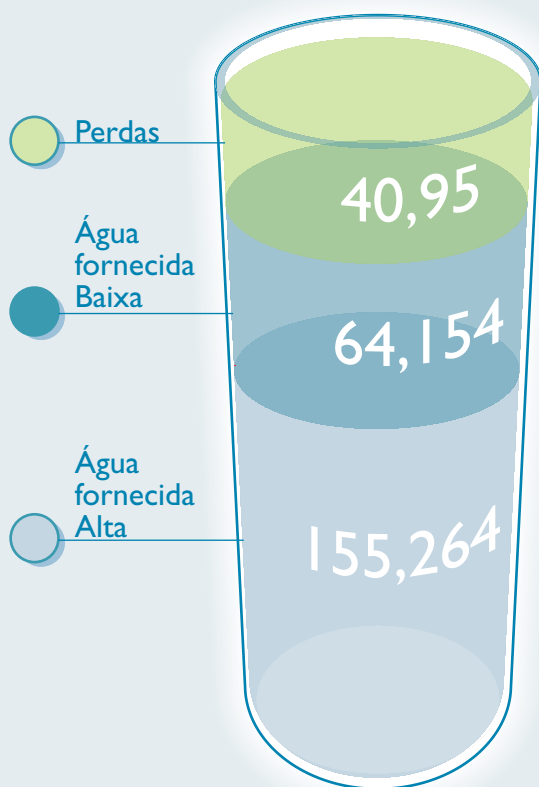
Água Fornecida e Perdas

A água fornecida, em 2002, atingiu o volume de 219,423 metros cúbicos, mais 0,53% que no ano anterior. Esta variação diminuta representa uma inflexão significativa na evolução anual desta realidade, que, de ano para ano, apresenta, habitualmente, sentidos crescentes da ordem dos 2 a 2,5 por cento.

O volume total de água fornecida distribuiu-se na percentagem de 70,76 pela Área de Negócio de Produção e Transporte e de 29,24 pela Área de Negócio de Distribuição.

Da realidade apresentada resulta um volume de perdas de 40,95 milhões de metros cúbicos, o que representa 15,73% da água produzida. Este valor constitui um dos mais baixos de sempre no domínio das perdas totais anuais da EPAL.

A representação gráfica da água fornecida e das perdas tem a seguinte expressão:



Total de Água Produzida
260,387 milhões de metros cúbicos

Água Facturada

A Área de Produção e Transporte facturou, em 2002, um volume de 155,200 milhões de metros cúbicos, dos quais 153,722 aos Clientes Municipais e 1,478 aos Clientes Directos localizados na área de jurisdição dos Municípios.

Este volume representa um acréscimo de 0,47% relativamente ao verificado em 2001.

O acréscimo referido não se enquadra no ritmo de crescimento verificado nos últimos anos, levando a crer tratar-se de um ano atípico.

Em termos de valores, foram facturados globalmente 62 275 294,44 EUR, o que representa um acréscimo de 2,71% face ao valor facturado em 2001.

	Unid. m ³		
	Volumes facturados em 2001	Volumes facturados em 2002	Δ % 02/01
Clientes Municipais	152 922 576	153 721 660	0.52%
Clientes Directos em Alta	1 547 635	1 478 125	(4.49)%
	154 470 211	155 199 785	0.47%

No ano de 2002 verificou-se um acréscimo de consumos face ao ano de 2001 nos Municípios de Alcanena, Alenquer, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Cascais, Constância, Entroncamento, Mafra, Oeiras/Amadora, Ourém, Santarém, Torres Novas, Vila Nova da Barquinha e Porto de Mós. Os restantes Municípios registaram um decréscimo dos volumes consumidos. O Município de Oeiras/Amadora foi o Cliente Municipal que registou um acréscimo mais significativo dos volumes consumidos face ao ano de 2001.

Do total facturado aos Clientes Municipais, cerca de 83,3% resultou dos volumes fornecidos aos 5 grandes Clientes Municipais Limítrofes de Lisboa – Sintra, Oeiras/Amadora, Loures, Cascais e Vila Franca de Xira.

No quadro seguinte apresenta-se a distribuição dos volumes e valores facturados em "Alta" em 2001 e 2002.

Cliente	Facturação 2001	Facturação 2002	Volumes 2001	Volumes 2002
	(EUR)	(EUR)	(m ³)	(m ³)
Clientes Municipais				
Oeiras/Amadora	12 225 229.40	13 076 912.79	31 804 676	33 281 467
Sintra	12 462 419.87	12 365 011.37	32 440 390	31 466 872
Loures	11 585 381.23	11 739 350.38	30 144 600	29 872 085
Cascais	7 985 694.92	8 225 346.15	20 766 210	20 927 590
Vila Franca de Xira	4 835 819.26	4 895 239.36	12 579 394	12 456 637
Mafra	2 125 417.58	2 258 129.00	4 757 821	4 931 811
Torres Vedras	2 250 340.05	2 244 154.59	4 679 807	4 565 294
Alenquer	1 349 214.15	1 393 788.56	3 916 702	3 945 633
Torres Novas	552 900.10	646 814.65	1 441 920	1 647 710
Alcanena	372 849.05	392 355.24	1 421 293	1 441 825
Ourém	527 368.83	540 791.92	1 369 510	1 371 170
Tomar	530 701.40	491 234.24	1 383 396	1 248 805
Azambuja	399 279.70	416 096.66	1 212 621	1 237 952
Arruda dos Vinhos	565 448.40	609 543.7	1 120 910	1 180 980
Entroncamento	375 760.23	420 694.66	977 810	1 068 940
Sobral de Monte Agraço	460 111.50	456 154.71	912 085	883 772
Vila Nova da Barquinha	223 022.77	258 326.21	579 610	657 200
Porto de Mós	136 693.74	172 186.03	359 280	413 510
Leiria	124 998.23	99 566.36	325 270	253 170
Constância	143 273.77	161 913.29	372 240	412 010
Santarém	40 822.04	65 860.77	176 337	278 355
Cartaxo	59 443.54	60 149.57	180 694	178 872
Clientes Directos em Alta	1 299 361.20	1 285 674.23	1 547 635	1 478 125
Total	60 631 550.96	62 275 924.44	154 470 211	155 199 785

Dos valores facturados aos Clientes Directos fora de Lisboa, 1 247 970,24 euros respeitam a água e 37 703,99 a quota de serviço.

O valor dos débitos vencidos em 31 de Dezembro de 2002 era de 811 667,41 EUR, tendo o prazo médio de recebimento, no ano, sido de 43 dias.

Relações com Clientes

Privilegiou-se o contacto personalizado com os Clientes Municipais com o objectivo de otimizar o relacionamento existente, solucionar questões de

funcionamento e articulação e responder eficazmente às necessidades sentidas por ambas as partes.

Foi efectuado um inquérito de satisfação aos Clientes Municipais, abrangendo os aspectos de quantidade, qualidade, preços, relacionamento e tempo de resposta a reclamações, cujos resultados foram muito positivos, nomeadamente ao nível da "Satisfação Global", com 6% de respostas de muito satisfeito e 94% de satisfeito. Os aspectos que colheram melhores resultados foram os do relacionamento, qualidade e tempo de resposta a reclamações.



Área de Negócio da Distribuição



Relações com Clientes

O número de contratos com clientes servidos na Área de Negócio da Distribuição registou, em 2002, um aumento de 0,89% relativamente ao fim do ano anterior, fixando-se nos 334 385, assim distribuídos:

Evolução nº Contratos/Clientes	2001	2002	% Total	Δ 02/01
Doméstico	277 510	280 514	83.89%	1.08%
Doméstico Especial	75	72	0.02%	(4.00)%
Comércio/Indústria	46 492	46 367	13.87%	(0.27)%
Inst. Interesse Público	2 299	2 374	0.71%	3.26%
Estado e Pessoas Direito Público	3 025	3 036	0.91%	0,36%
Câmara Municipal de Lisboa	2 039	2 022	0.60%	(0.83)%
Total	331 440	334 385	100%	0.89%

O crescimento do número de contratos/clientes foi inferior ao registado nos anos anteriores e teve maior incidência no primeiro trimestre, onde ainda beneficiou da dinâmica proporcionada pelos planos de realojamento e erradicação de barracas promovidos pela CML.

Constituindo missão da Área de Negócio da Distribuição o abastecimento de água, em quantidade e qualidade, aos clientes do município de Lisboa, as preocupações com a qualidade dos serviços prestados e com a satisfação dos clientes têm a maior relevância. Neste sentido, realizaram-se estudos, em 2002, visando identificar os atributos considerados pelos clientes como mais importantes, seguidos de duas avaliações, em Junho e Novembro, com base em inquéritos dirigidos a amostras significativas.

Os resultados obtidos na avaliação de Novembro vieram confirmar os de Junho e revelaram que a totalidade dos atributos relevantes obteve valores de satisfação acima da média, colocando a EPAL numa posição de destaque quando comparada com outras empresas nacionais de serviço público, nomeadamente nos domínios da imagem, da estabilidade e segurança e no atendimento.

Outro aspecto que marcou a actividade desenvolvida na área foi a implementação de um sistema de gestão da qualidade nos serviços de Clientes Directos, tendo-se obtido a respectiva certificação, segundo a NP EN ISO 9001:2000, em Janeiro de 2003.

Os dois últimos aspectos referidos foram especialmente considerados no tratamento de reclamações,

com melhorias ao nível do controlo processual e da redução dos prazos de resposta, e na elaboração e implementação de procedimentos internos relativos à gestão dos processos de clientes e à interligação entre os sistemas de informação geográfica e de gestão de clientes de modo a reduzir os impactes de suspensões do abastecimento.

Desenvolveram-se acções para o melhor controlo de locais com possível consumo fraudulento e para a redução do número de contadores sem leitura há mais de 12 meses, número que, em função do esforço desenvolvido, registou uma redução de 20%.

Procedeu-se ao lançamento do Manual de Redes Prediais, documento que veio contribuir para uma diminuição de solicitações de reuniões técnicas de esclarecimentos e aumentar a qualidade dos processos de redes prediais entregues na EPAL.

Ainda em 2002, desenvolveu-se o site da EPAL na perspectiva de proporcionar novas funcionalidades aos clientes. Neste canal de comunicação o cliente pode, nomeadamente, celebrar e rescindir o contrato da água, requisitar serviços e apresentar sugestões ou reclamações.

Água Facturada

O volume de água facturada pela Área de Negócio da Distribuição, em 2002, foi 0,69% superior ao do ano anterior, tendo-se ultrapassado os 64 milhões de metros cúbicos.

No quadro seguinte pode observar-se a distribuição dos volumes e valores facturados pelos diferentes segmentos de consumo:

Clientes	m ³	% Total	Valor Água (EUR)	Valor QS (EUR)	Total (EUR)
Doméstico	30 016 797	47%	10 062 238	12 993 684	23 055 922
Doméstico Especial	30 315	0.0%	13 176	4 432	17 609
Comércio/Indústria	15 431 353	24%	16 477 234	5 537 488	22 014 722
Inst. Interesse Público	2 341 989	4%	1 910 391	423 413	2 333 804
Estado e Pessoas Direito Público	7 690 632	12%	8 214 735	940 573	9 155 308
Câmara Municipal de Lisboa	8 641 331	13%	5 762 530	610 666	6 373 196
SUB-TOTAL	64 152 417	100%	42 440 304	20 510 255	62 950 560
Água de Compensação (a)	1 486				
Total	64 153 903		42 440 304	20 510 255	62 950 560

(a) Água fornecida gratuitamente ao abrigo de acordos antigos

Regista-se o atraso verificado na negociação da convenção tarifária com a Direcção-Geral do Comércio e Concorrência, que implicou que a aplicação dos preços revistos apenas começasse a fazer-se em Agosto. Este facto, aliado às deficientes actualizações tarifárias dos últimos anos, sistematicamente inferiores às variações dos índices de preços no consumidor; tem de ser considerado como factor negativo porque dissipador de boa parte dos resultados dos esforços feitos na melhoria da gestão e na redução dos custos de exploração da Empresa.

Sem considerar os débitos de Clientes não vencidos à data de 31 de Dezembro, a situação devedora dos clientes de ADS, apesar de superior, em 0,2%, à de 2001, apresentou alguma recuperação, se se atender ao aumento tarifário, ao número de clientes e aos volumes de água vendidos.

Clientes	Débitos Vencidos		Δ 02/01
	2001	2002	
Clientes de Áreas	1 611 199	2 465 661	17.5%
Grandes Clientes	1 136 692	1 085 364	(13.8)%
Estado	683 391	907 883	8.8%
CML	1 865 741	1 216 278	(26.2)%
Total	5 297 024	5 675 186	0.2%

O prazo médio de recebimento passou de 43,55 dias, em Dezembro de 2001, para 42,40 dias, em Dezembro de 2002.

Gestão da Rede de Distribuição

A entrada em serviço do Adutor de Circunvalação, em toda a sua extensão, permitiu maior flexibilidade na exploração da Rede de Distribuição, possibilitando uma intervenção mais célere na reparação de condutas principais, com a consequente redução de perdas, na ordem dos 23% face às de 2001, e uma gestão mais eficiente de que resultou uma redução de 26% na energia consumida nas horas de ponta.

Instalaram-se 71,416 km de condutas na rede de distribuição, 16 485 metros em obras de ampliação e os restantes 54 991 metros em obras de substituição e remodelação. Estes valores representam um aumento significativo das realizações dos últimos anos neste domínio.

Pela sua dimensão, merecem destaque as alterações dos traçados das condutas de Ø 1000 na Azinhaga de Telheiras, na Av.^a Infante D. Henrique e na Rua Prof. Vieira de Almeida, bem como as obras de beneficiação, no âmbito do Projecto de Perdas e Fugas, das Ruas Marquesa de Alorna, de Entrecampos, de Campolide, Luciano Cordeiro, Luís de Camões, Vale de Santo António e na Estrada de Moscavide.

Regista-se que, nas obras de renovação da rede de distribuição, a cargo do Projecto de Perdas e Fugas, se procede à substituição dos ramais de ligação e à modernização de órgãos conexos, através da substituição de todas as bocas de incêndio por marcos de água, das válvulas de seccionamento e das descargas de fundo existentes, bem como da redução de extremos na rede. Neste sentido, o número de ramais substituídos em 2002, ascendeu a 3 603, dos quais 2 271 a cargo do referido projecto, o número de bocas de incêndio retiradas foi de 637, tendo-se instalado 455 marcos de água.

Numa óptica de optimização das condições de exploração hidráulica da rede, que aponta para a intensificação da sua renovação, procedeu-se, ainda, em 2002, à adjudicação de renovação de rede em mais 81 218 metros, a realizar durante o ano de 2003, e estavam, no fim do ano, em fase de ultimateção os projectos para oito novos processos, cujas obras abrangem 83 900 metros de condutas, a lançar, por concurso público, em 2003 e 2004.

Relativamente às operações de reparação de roturas, efectuaram-se 1 294, sendo 1 238 roturas acidentais e as restantes 56 provocadas. No que respeita a

manutenção preventiva em órgãos de manobra/segurança, foram levadas a cabo 789 intervenções.

Realizou-se um significativo e relevante programa de detecção de fugas que abrangeu cerca de 20 280 metros de condutas de DN \geq 300 mm e 236 495 metros com diâmetro inferior; compreendendo 29 ZMC (zonas de medição e controlo).

No programa de detecção de consumos clandestinos e fraudulentos foram realizadas auditorias nos seguintes quatro grandes espaços verdes e urbanos:

Parque da Bela Vista, Parque Eduardo VII, Cidade Universitária e Laranjeiras.

Finalmente, foi promovida, seguindo a tipologia estabelecida pela International Water Association (IWA), a estabilização de elementos para o Balanço Hídrico da EPAL, de forma a caracterizar os diferentes volumes de água, geridos internamente pela empresa, que são contabilizados como perdas, constituindo-se o Balanço Hídrico como instrumento de referência para análise e comparação com outras Entidades Gestoras de Sistemas de Abastecimento.



Áreas de Suporte



A

s actividades desenvolvidas pelas diferentes áreas de suporte, nomeadamente pelas áreas de planeamento, financeira, de sistemas de informação, de recursos humanos e de projectos e obras, entre outras, corresponderam às necessidades de funcionamento das duas áreas de negócio da Empresa. As respectivas execuções orçamentais evidenciaram uma gestão equilibrada, correspondendo aos objectivos estabelecidos para 2002.

Destacam-se a revisão e actualização do Plano a Médio Prazo para o período de 2003/2007, que envolvendo toda a alta direcção da Empresa, procurou alinhar um ambicioso programa de investimentos no contexto do desenvolvimento estratégico definido para o futuro.

Outro dos destaques a fazer prende-se com a entrada em exploração de um novo sistema de informação de gestão, o SAP R/3, que veio exigir reformulações e aperfeiçoamentos em numerosos processos logísticos, administrativos, contabilísticos e financeiros. A forma como se venceram os desafios colocados e as soluções encontradas para os diversos problemas inerentes à fase de arranque, evidenciam uma abertura à mudança e uma capacidade de resposta assinaláveis.

Em Abril, entrou em exploração o sistema informático de gestão documental, que passou a gerir

toda a correspondência entrada e saída da Empresa e eliminou parte substancial da circulação física da correspondência.

Em Maio, outorgaram-se dois contratos com a Águas de Portugal – Serviços, SA., para aquisição de serviços de compras e informáticos, passando a Empresa a beneficiar das condições disponíveis no âmbito do Grupo AdP.

Com o lançamento do denominado Projecto G – Identificação e Descrição dos Processos de Negócio da EPAL, identificaram-se, descreveram-se e foram desenhados os principais processos inerentes às actividades da Empresa, tendo em vista, por um lado, a priorização dos processos chave, e por outro, a obtenção de uma base sólida de trabalho para o arranque, previsto para 2003, do processo de certificação da EPAL pela EN NP ISO 9001.

Outro dos projectos lançados foi o Projecto H, que veio dar origem ao Plano Global de Telecomunicações da EPAL, consubstanciado no levantamento e caracterização das necessidades futuras, na análise das perspectivas de evolução tecnológica, na definição das linhas de orientação estratégica, planeamento e orçamentação para a rede de telecomunicações da Empresa. Prevê-se que o horizonte temporal de execução do PGT se prolongue até 2006.

Investimentos



A

realização financeira do Plano de Investimentos para 2002 foi de cerca de 78,5% do inicialmente previsto, correspondendo a 45,3 milhões de euros, mais 5 milhões de euros que o investimento realizado no ano anterior.

Do total investido, 71% foi efectuado na Área de Negócio de Produção e Transporte. A finalização do Adutor de Circunvalação, em 2001, permitiu lançar um conjunto de intervenções de reabilitação, que tinham vindo a ser adiadas, quer por razões de ordem financeira quer de exploração do sistema, no Aqueduto Alviela, no Aqueduto Tejo e no Adutor V. F. Xira – Telheiras.

No Aqueduto Alviela, está em curso a recuperação do troço entre Alcanhões e Alcoentre, tendo sido investidos, em 2002, cerca de 11,7 milhões de euros. Na reabilitação do Adutor V. F. Xira – Telheiras o investimento atingiu o montante de 8,3 milhões de euros. Destacam-se, ainda, a construção de uma unidade de tratamento de lamas na ETA de Vale da Pedra, com conclusão prevista para Abril de 2003, na qual foram investidos 1,9 milhões de euros, a execução de novos furos nas captações das Lezírias, com investimento realizado na ordem dos 1,5 milhões de euros, e a remodelação da toma de água de Valada, na qual se investiram 1,2 milhões de euros.

Foram concluídas, em 2002, a Estação e Conduta Elevatórias de Barcarena e a Estação de Sobreelevação do Adutor de Circunvalação e as novas instalações laboratoriais da Estação de Tratamento de Vale da Pedra.

No domínio dos projectos, destacam-se os relativos à duplicação do Adutor de Castelo do Bode, entre a Quinta da Marquesa e a Estação Elevatória de Vila Franca de Xira, à recuperação das Conduas de Ota, do Carregado e do Recinto da Pimenta, e ao reforço do Abastecimento de Água ao Município de Mafra

O investimento realizado na Área de Negócio da Distribuição, no montante de 11,3 milhões de euros, situou-se acima dos investimentos efectuados em 2001, que atingiram cerca de 7 milhões de euros.

Este facto resulta, sobretudo, da substituição de condutas na rede de distribuição que atingiu, em 2002, os 54 km, valor significativamente superior à média dos últimos 5 anos (de 20 km/ano).

Nas áreas dos Serviços de Suporte foram realizados investimentos diversos, no montante de 2 milhões de euros, destacando-se o sistema de gestão documental, a cartografia digital e o reforço das condições de segurança/vigilância em recintos operacionais.

Situação Económico-Financeira



Situação Económica

Os resultados líquidos atingiram 9,4 milhões de euros, mais 24,6% que o valor registado em 2001.

Resultados	2000	2001	2002	Varição 02/01 Valor	%
Resultados operacionais	23.956	27.621	26.741	(880)	(3,2)
Resultados financeiros	(4.648)	(5.426)	(8.031)	(2.605)	(48,0)
Resultados correntes	19.308	22.195	18.710	(3.485)	(15,7)
Resultados extraordinários	2.481	(8.697)	(5.226)	3.471	(39,9)
Resultados antes de impostos	21.789	13.498	13.484	(14)	(0,1)
Imposto sobre o rendimento	5.309	5.970	4.106	(1.864)	(31,2)
Resultado líquido do exercício	16.480	7.528	9.378	1.850	24,6

Os resultados operacionais, no valor de 26,7 milhões de euros, registam uma evolução desfavorável de 3,2% face a 2001, pondo em evidência um crescimento dos custos operacionais superior ao dos proveitos operacionais. Este comportamento resulta, todavia, do aumento das provisões para processos judiciais em curso de 1,8 milhões de euros e do aumento dos custos com benefícios de reforma na ordem dos 2,2 milhões de euros.

Os resultados financeiros, no valor de 8,0 milhões de euros negativos, diminuíram 48% face a 2001, em resultado da constituição de uma provisão de 2,7 milhões de euros para cobertura da totalidade da participação financeira da EPAL na Prolagos, SA.

Os resultados antes de impostos atingiram os 13,4 milhões de euros, valor idêntico ao registado em 2001, pelo que o aumento dos resultados líquidos, na ordem dos 1,9 milhões de euros, resultou do efeito

positivo nos resultados, na ordem dos 4,0 milhões de euros, da contabilização dos impostos diferidos.

Os proveitos atingiram 133,4 milhões de euros. Para este valor, o contributo do acréscimo do volume de água vendida foi incipiente, na medida em que apenas atingiu 0,54% relativamente ao ano anterior, o que constitui uma situação anómala face à evolução normal desta realidade. Para além disto, o factor da actualização tarifária teve efeitos inferiores ao expectável, uma vez que o respectivo processo de revisão arrastou-se de modo a que os novos preços apenas foram aplicados a partir de Agosto. Finalmente, importa referir que a actualização tarifária foi, mais uma vez, inferior à taxa média de inflação. Apesar dos aspectos referidos, os proveitos em 2002 foram superiores em 2,3% aos do ano anterior.

No quadro seguinte pode observar-se a evolução dos proveitos no último triénio.

Proveitos	2000	2001	2002	Variação 02/01	
				Valor	%
Vendas	115.406	121.582	125.023	3.441	2,8
Prestações de serviços	2.988	3.033	2.817	(216)	(7,1)
Variação da produção	10	(24)	0	24	(100,0)
Proveitos suplementares	1.042	1.376	1.665	289	21,0
Trabalhos para a própria empresa	474	704	256	(448)	(63,6)
Outros proveitos operacionais	68	13	25	12	92,3
Proveitos e ganhos financeiros	602	513	255	(258)	(50,3)
Proveitos e ganhos extraordinários	3.506	3.253	3.388	135	4,2
Total	124.096	130.450	133.429	2.979	2,3

Os custos totais atingiram os 119,9 milhões de euros, tendo registado um aumento de 2,6% face a 2001 e de 17,2% face a 2000.

Custos	2000	2001	2002	Variação 02/01	
				Valor	%
Custo merc. vendidas matérias consumidas	3.519	3.811	3.394	(417)	(10,9)
Fornecimento e serviços externos	34.038	32.675	36.164	3.489	10,7
Impostos	487	493	607	114	23,1
Custos com o pessoal	33.931	33.839	33.551	(288)	(0,9)
Outros custos operacionais	1.034	1.193	872	(321)	(26,9)
Amortizações	22.849	26.639	26.262	(377)	(1,4)
Provisões	173	414	2.194	1.780	430,0
Custos e perdas financeiros	5.250	5.939	8.286	2.347	39,5
Custos e perdas extraordinários	1.026	11.949	8.615	(3.334)	(27,9)
Total	102.307	116.952	119.945	2.993	2,6

A evolução desfavorável dos custos totais deve-se fundamentalmente ao aumento dos custos dos fornecimentos e serviços externos, dos custos e perdas financeiras e das provisões do exercício, respectivamente de 10,7%, 39,5% e 430,0%, que no seu conjunto contribuíram com um incremento dos custos em 7,6 milhões de euros, valor que não foi compensado pelas reduções verificadas em outras rubricas de custos.

Os fornecimentos e serviços externos atingiram os 36,2 milhões de euros, mais 3,5 milhões de euros que em 2001. Esta evolução desfavorável resulta fundamentalmente do aumento dos custos de conservação e reparação, na ordem dos 4,5 milhões de euros (78,5%) em resultado de um maior volume de obras de conservação e reabilitação no sistema de abastecimento da EPAL e de uma menor ênfase dada à capitalização deste tipo de custos.

Os custos financeiros, por seu lado, atingiram os 8,3 milhões de euros, mais 2,3 milhões que o valor de 2001, na sequência da constituição de provisões de 2,7 milhões de euros para cobertura de prejuízos reais e potenciais na Prolagos. Os empréstimos bancários aumentaram no exercício, em termos líquidos, 11,6 milhões de euros. Todavia, uma evolução favorável das taxas de juro, com repercussão nos empréstimos do BEI à taxa variável, reduziu a taxa média de juro dos empréstimos de 4,507% em 2001, para 3,912% em 2002, tendo contribuído para uma diminuição de 8,7%, dos encargos financeiros dos empréstimos face ao ano anterior.

Salienta-se a redução em 0,9% dos custos com o

peçoal, tendo atingido os 33,6 milhões de euros. Esta diminuição deve-se essencialmente à redução do número de efectivos da Empresa, em resultado do processo de reestruturação, a qual conseguiu compensar o acréscimo dos custos com benefícios de reforma, que atingiram os 9,0 milhões de euros, mais 32,4% que em 2001. Este acréscimo resultou essencialmente da alteração dos pressupostos dos cálculos actuariais relativamente aos reformados e aos pré-reformados.

Os indicadores de rentabilidade económica, do activo, capitais próprios, vendas e cash-flow apresentam uma evolução favorável, em média na ordem dos 20%, fruto dos resultados líquidos gerados no exercício.

Indicadores Económicos	2000	2001	2002	Variação 02/01
Rendibilidade do Activo Total	2,86	1,29	1,55	19,8
ROE	5,09	2,36	2,91	23,5
Rendibilidade das Vendas e Serviços Prestados	13,92	6,04	7,34	21,4
Cash-Flow (103 Euros)	44.004	36.811	44.911	22,0

O Cash-Flow atingiu os 44,9 milhões de euros, mais 22% que o valor de 2001, evidenciando um aumento importante da rentabilidade económica da Empresa,

desempenhando um importante papel no financiamento dos investimentos da EPAL, em complemento aos empréstimos do Banco Europeu de Investimento.

Situação Financeira

O activo líquido atingiu 604,9 milhões de euros, apresentando um aumento de 23,3 milhões de euros (4%) face a 2001. Esta situação resulta fundamentalmente do aumento do activo fixo líquido, na ordem dos 19,2 milhões de Euros.

Balanzo	2000	2001	2002 Valor	Variação 02/01 (%)	
Activo					
Activo Fixo	522.846	533.102	552.343	19.241	3,6
Activo Circulante	38.635	30.869	34.153	3.284	10,6
Acréscimos e diferimentos	15.363	17.651	18.391	740	4,2
Total	576.844	581.623	604.887	23.264	4,0
Capital Próprio e Passivo					
Capital próprio	323.923	319.660	322.452	2.792	0,9
Passivo de M/L prazo	120.407	127.022	140.412	13.390	10,5
Passivo de Curto prazo	35.519	40.563	47.870	7.307	18,0
Acréscimos e diferimentos	96.994	94.378	94.153	(225)	(0,2)
Total	576.844	581.623	604.887	23.264	4,0

O volume de investimentos realizado em 2002 atingiu os 45,3 milhões de euros, continuando a EPAL a efectuar um esforço financeiro considerável na realização de investimentos na ampliação e na reabilitação do seu sistema de abastecimento de água, os quais foram financiados por cash - flow gerado internamente e por dois novos empréstimos de 15,0 milhões de euros ao abrigo de um novo Contrato de Financiamento do BEI (EPAL III), assinado em Janeiro de 2002. Este contrato prevê financiamentos do BEI até 185,0 milhões de euros, correspondente a metade do total dos investimentos previstos (370,0 milhões de euros).

O endividamento a médio e longo prazo aumentou, em termos líquidos, 11,6 milhões de euros, tendo atingido 137,5 milhões de euros.

As dívidas de terceiros de curto prazo atingiram 29,3 milhões de euros, no final de 2002, apresentando um aumento de 17,5% face a 2001, devendo-se esta evolução desfavorável ao aumento dos créditos de IVA, na ordem dos 4,1 milhões de euros. Por seu lado, as dívidas de clientes, no valor de 18,7 milhões de euros, diminuíram 1,8%, evidenciando uma melhor eficiência nas cobranças.

A evolução dos indicadores financeiros no último triénio foi a seguinte:

Indicadores Financeiros	2000	2001	2002	Variação 02/01 (%)
Liquidez Geral	1,09	0,76	0,71	(6,3)
Solvabilidade	1,28	1,22	1,14	(6,4)
Fundo de Maneio (103 EUR)	3.116	(9.694)	(13.717)	41,5
Cobertura do imobilizado por capitais permanentes	1,04	1,01	1,01	(0,6)

A EPAL manteve, no exercício, uma estrutura financeira equilibrada, continuando o activo fixo a ser coberto, na sua totalidade, por capitais permanentes.

O indicador de solvabilidade, apesar de ter diminuído de 1.22 para 1.14 em resultado do aumento do endividamento a médio e longo prazo, continua a apresentar valores que não põem em causa a autonomia financeira da EPAL, evidenciando uma forte capacidade de solvência dos seus compromissos a médio e longo prazo.

Os indicadores de curto prazo, designadamente a liquidez geral e o fundo de maneo, com valores de 0,71 e 13,7 milhões de euros negativos, registam uma evolução desfavorável, evidenciando uma diminuição da liquidez no curto prazo, considerando-se, todavia, os valores normais para a actividade da Empresa.

Seguros

A EPAL detém uma carteira de seguros que cobre a generalidade dos riscos em que incorre no desenvolvimento da sua actividade – pessoais, patrimoniais e de responsabilidade civil, nomeadamente, acidentes de trabalho, acidentes pessoais/viagem, doença grupo e assistência em viagem; multiriscos comerciais e industriais e automóvel; responsabilidade civil de exploração, profissional, poluição e de produtos e Kit's para GPL.

Procedeu-se, em Junho de 2002, à renegociação da carteira de seguros, por mais um ano, tendo-se mantido os seguros nas mesmas companhias, salientando-se os seguintes ajustamentos nas apólices do seguro multiriscos e do seguro de doença:

n procedeu-se à actualização dos capitais cobertos pelo seguro multiriscos para 867,9 milhões de euros, cobrindo o imobilizado firme e em curso e as existências, tendo a Seguradora excluído unilateralmente as coberturas de actos de guerra e terrorismo, de corrupção e/distorção de dados e de riscos de avaria de máquinas, na

sequência da conjuntura vigente no mercado internacional, após o 11 de Setembro de 2001;

n mantiveram-se as mesmas coberturas do seguro de doença, mas foi negociado com a seguradora o termo da cláusula de participação nos resultados, passando o prémio total a não ser sujeito a qualquer acerto no final da anuidade.

Fundo de Pensões

A 31 de Dezembro de 2002, o valor da carteira do Fundo de Pensões EPAL ascendia a 30,9 milhões de euros, registando um decréscimo de 4% relativamente ao ano anterior:

Durante o ano, o valor dos complementos de reforma pagos pelo Fundo de Pensões totalizou 1 484 milhares de euros, registando um acréscimo de 3% face ao ano anterior:

As contribuições efectuadas totalizaram 1 538 milhares de euros – 938 mil relativos ao Custo Normal e 600 mil de Contribuição Adicional – o que representa um crescimento de 20% em relação a 2001.

A rentabilidade registada pelo Fundo de Pensões EPAL em 2002 foi de – 4,1%, valor inferior à mediana em 0,8 pontos percentuais, tendo esta rentabilidade sido fortemente condicionada pela fraca performance dos mercados accionistas que voltaram a registar perdas significativas, atingindo, em alguns casos, os valores mínimos dos últimos 3 anos.

Em termos de perfil de investimento, a carteira do Fundo de Pensões EPAL, caracterizou-se pela adopção de uma postura defensiva, situação que se deverá manter em 2003, pois em termos conjunturais existe uma forte instabilidade internacional, que poderá provocar subidas no preço do petróleo, afectando o crescimento das economias e por conseguinte o desempenho dos próprios mercados financeiros.

Empresas Participadas

A EPAL detém participações financeiras em quatro sociedades, no valor de 4,3 milhões de euros, designadamente:

Empresas	Capital	Participação EPAL	
		Valor	%
Clube de Golfe das Amoreiras, SA	350.000 EUR	350.000	100,0
Ambelis, SA	997.596 EUR	9.976	1,0
Shore, Lda	420.000 EUR	31.500	7,5
Prolagos, SA	104.115.898 Reais	7.808.693	7,5

No Brasil, a EPAL detém 7,5% do capital social da PROLAGOS, SA, no valor de 7,8 milhões de reais, desempenhando o papel de operadora técnica da concessão detida pela PROLAGOS para o abastecimento de água e saneamento básico das áreas urbanas dos municípios de Cabo Frio, Búzios, São Pedro da Aldeia e Iguaba Grande, bem como o fornecimento de água ao Município de Arraial do Cabo. A parte restante do capital social daquela sociedade (92,5%) é detida directamente pela AdP - Águas de Portugal, SGPS, SA.

Aquela empresa foi constituída em 2 de Fevereiro de 1998, tendo por objectivo a execução das obras de implantação, ampliação e manutenção dos serviços públicos de abastecimento de água e saneamento básico, e respectiva exploração, no âmbito da Concessão nº 4/96-SOSP/ERJ, abrangendo os municípios referidos.

Durante o exercício de 2002, a PROLAGOS efectuou um aumento de capital para 104,1 milhões de reais, no âmbito dum processo de saneamento financeiro levado a cabo pelos seus accionistas, que se traduziu na integração em capital dos créditos detidos pela Shore, Lda sobre aquela Empresa, previamente adquiridos pela EPAL e AdP.

A participação financeira detida pela EPAL na PROLAGOS encontra-se totalmente provisionada, no valor de 4,1 milhões de euros.

A participação financeira na SHORE, Lda é de 31 500 euros (7,5%), sendo a parte restante (92,5%) detida indirectamente pela Águas de Portugal, SGPS, SA, através da EBAL – Águas do Brasil, SA. Aquela sociedade tem a sua sede social na Zona Franca da Ilha da Madeira, tendo como objectivo a captação de recursos financeiros no exterior; a custos mais favoráveis, para financiamento dos investimentos da PROLAGOS, no âmbito da concessão referida. O valor desta participação financeira também se encontra totalmente provisionado nas contas da EPAL.

O CLUBE DE GOLFE DAS AMOREIRAS, S.A, foi constituído em 6 de Julho de 1994, tendo como único accionista a EPAL. Esta sociedade tem como objectivo a promoção, construção, exploração e funcionamento de um equipamento destinado ao treino e ensino de golfe no recinto da EPAL, nas Amoreiras, em resposta ao desafio colocado pelo Município de Lisboa para se valorizar e dinamizar o espaço ocupado pelo reservatório. Salienta-se, neste ano, o aumento de capital social, no valor de 287.500 euros, para dar cumprimento ao estabelecido no artigo 35º. do Código das Sociedades Comerciais.

As obras de construção do estabelecimento encontram-se praticamente terminadas, estando a sua conclusão pendente da concessão pela Câmara Municipal de Lisboa da licença para a instalação da vedação de segurança circundante ao recinto. Entretanto, as providências cautelares interpostas contra a EPAL na sequência da remoção das torres de suporte das redes de segurança do “driving range” viram, no decorrer do primeiro semestre de 2002, negado o respectivo provimento, por ter sido entendido pelos juizes que a matéria deveria ser apreciada no âmbito do tribunal arbitral contratualmente previsto e já

constituído. Assim, neste momento, a resolução dos assuntos pendentes passa pela concessão da licença pela CML e pelas decisões do tribunal arbitral.

Finalmente, no que respeita à AMBELIS, S.A., a participação financeira da EPAL é de 9 976 Euros, correspondente a 1% do capital social da sociedade. Esta foi constituída em 25 de Outubro de 1994, tendo por objectivo a modernização da base económica da cidade de Lisboa, assumindo-se como polo gerador de investimento, através da dinamização e gestão de diversos projectos e actividades.

Recursos Humanos



A

gestão dos recursos humanos, em 2002, foi orientada para a conclusão da realização do objectivo, definido nos anos anteriores, de reconfiguração e redimensionamento do quadro de pessoal. Assim, à data de 31 de Dezembro, o número de trabalhadores da Empresa era de 873, menos 62 pessoas que no ano anterior. Os movimentos de entradas e saídas responsáveis pelos resultados apurados foram de 18 entradas, das quais oito admissões e 10 reingressos por reactivação de contratos suspensos, e de 80 saídas, na sua maioria por cessações de contrato por mútuo acordo (41) e pré-reforma (18).

A distribuição de efectivos por nível de qualificação não registou variações assinaláveis, concentrando-se nos profissionais altamente qualificados e qualificados cerca de 64,6% dos efectivos, enquanto que os quadros superiores e médios representam 22,2%.

A idade média dos trabalhadores foi de 43,88 anos. Comparada com a de 2001 (43,64), verifica-se uma ligeira recuperação do deslizamento natural do índice. Situação semelhante foi registada na antiguidade média dos efectivos, na medida em que evoluiu dos 18,09 anos em 2001 para os 18,40 anos em 2002.

Evoluiu-se positivamente no domínio da avaliação do desempenho profissional, com a conclusão do primeiro ciclo de gestão por objectivos, aplicado à totalidade das chefias hierárquicas e funcionais da Empresa e com a aplicação de uma nova abordagem de avaliação dos trabalhadores, com enfoque especial na identificação de objectivos e compromissos de melhoria e na redução de subjectividade.

A expressão das realizações conseguidas em formação no ano de 2002, consta dos quadros seguintes:

2002	Act. Interna	Act. Externa	Total
Participantes	6	416	422
Formandos	73	794	867
Acções	2	129	131
Horas de Formação	376	14 420	14 796
Custos (€)	-	-	245 034

Níveis de Enquadramento	Número de Formandos	Número de Participantes	Horas de Formação
Dirigentes e Quadros Superiores	215	78	3 296
Quadros Médios	250	88	3 682
Encarregados e Mestres	37	26	884
Profissionais Altam. Qualificados	130	66	1 746
Profissionais Qualificados	225	154	5 044
Profissionais Semi-Qualificados	10	10	144
Totais	867	422	14 796

Comparativamente ao ano anterior, pese embora ter-se registado uma redução sensível nos números de participantes, formandos, acções e horas de formação, as verbas investidas tiveram um acréscimo de cerca de 36%. Destaca-se o plano de formação realizado para atendedores de clientes que incluiu acções internas de acompanhamento de piquetes, para melhor percepção da realidade da Empresa, e acções externas viradas para a área comportamental.

A taxa de absentismo, em 2002, foi de 5,10%, o que corresponde ao valor mais baixo dos últimos dez anos. Neste domínio, tomaram-se medidas no sentido de identificar o absentismo crónico, tendo sido definido e implementado um processamento administrativo de acompanhamento e controlo específico.

Em matéria de segurança e higiene no trabalho, prosseguiu-se a política e desenvolveram-se acções de avaliação e controle de riscos profissionais, de optimização das condições de trabalho, de informação, formação e treino, procedeu-se à gestão e atri-

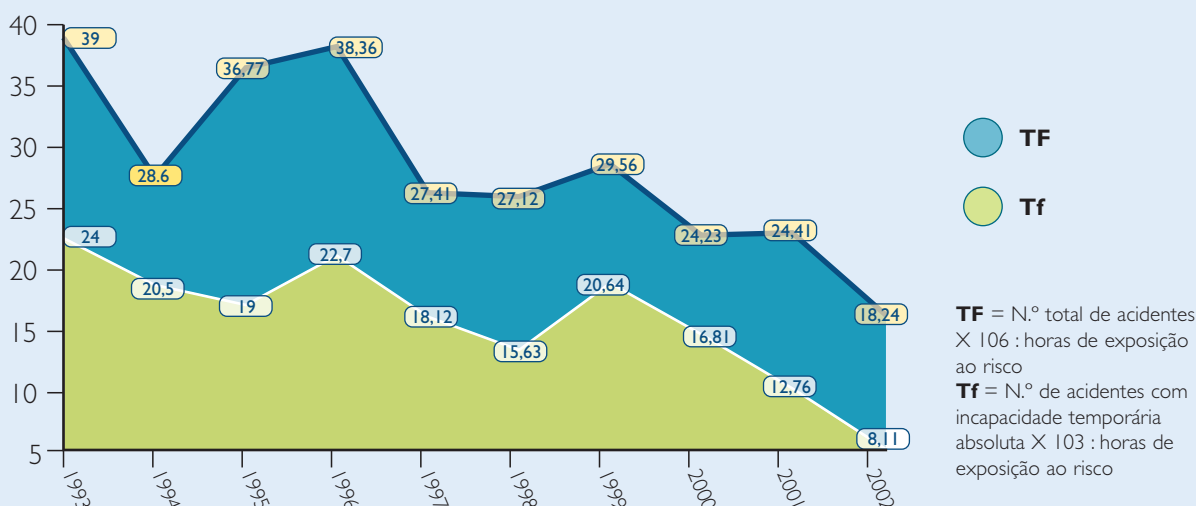
buição de equipamentos de protecção colectiva e individual, de sinalização de segurança e à análise de acidentes.

Foram efectuadas 109 visitas / inspecções a instalações e postos de trabalho na Empresa e a 73 obras e respectivos estaleiros.

Os principais indicadores de segurança registaram uma evolução muito positiva. As taxas de frequência foram as melhores de sempre, com uma redução de 25%, em relação ao ano anterior, no que respeita à taxa da generalidade dos acidentes e incidentes, e uma redução de 36% na de frequência dos acidentes com baixa. Em relação à gravidade dos acidentes ocorridos em 2002 também se atingiu o melhor indicador de sempre, com uma redução de 53%. No entanto, a taxa de gravidade foi fortemente influenciada por acidentes de anos anteriores, o que veio a fixá-la num valor ligeiramente superior ao de 2001. A expressão e a evolução dos indicadores de segurança constam do quadro e do gráfico seguintes:

Indicadores	2002
TF - Taxa de frequência da globalidade dos acidentes de trabalho	18,24
Tf - Taxa de frequência dos acidentes de trabalho com baixa	8,11
Tg - Taxa de gravidade (só do próprio ano)	0,13
TG - Taxa de gravidade (com repercussões de acidentes de anos anteriores)	0,57

Evolução das taxas de frequência nos últimos 10 anos



Os serviços de Medicina do Trabalho realizaram 949 exames médicos a trabalhadores, tendo ainda efectuado actos técnicos de colheita de sangue, meios auxiliares de diagnóstico e uma campanha de vacinação anti-gripal, à qual aderiram 430 trabalhadores.

No que respeita à área social, e pelo sexto ano consecutivo, desenvolveram-se actividades de Verão, de ocupação de tempos livres para os filhos dos trabalhadores, as quais abrangeram 127 crianças e

jovens. Como medida inovadora, é de referir a implementação de um novo modelo para o Programa OTL/Infantil e Juvenil, em regime de internato, num Campo de Férias gerido por uma empresa da especialidade.

Ainda no âmbito da política social, prosseguiu-se a gestão corrente do seguro de doença, o qual abrangia, em 31 de Dezembro, 1 129 titulares, 558 cônjuges e 552 filhos, num total de 2239 pessoas.

Qualidade



Qualidade Ambiental

O Sistema de Gestão Ambiental da EPAL foi certificado, pela APCER, em 20 de Dezembro de 2002, tendo a auditoria de certificação decorrido a meio do ano.

A revisão do Sistema, realizada em Janeiro de 2003, permitiu concluir que, em 2002, se completou a definição e implantação do sistema, que funcionou em todas as suas vertentes. Os objectivos, planos e programa de gestão ambiental, definidos para o período, tiveram uma realização assinalável. O SGA alcançou uma presença e notoriedade quotidianas e permanentes na vida da Empresa.

A experiência colhida com as actividades desenvolvidas abriu espaço para a concretização de numerosas melhorias, potenciadoras de atitudes de abertura à mudança e à qualidade.

A política ambiental da Empresa foi objecto de divulgação interna e externa, nomeadamente através do Site da EPAL e do Relatório e Contas do Exercício de 2001. Antevendo a implementação do Sistema de Gestão da Qualidade, foi definida a Política da Qualidade e Ambiente, na qual se consideraram os princípios fundamentais a prosseguir pela EPAL nestes dois domínios:

I No cumprimento da sua Missão, a EPAL compromete-se a desenvolver as suas actividades e a prestar serviços no quadro de referências do seu Sistema de Gestão da Qualidade e Ambiente

II O Sistema de Gestão da Qualidade e Ambiente da EPAL tem como suporte a preocupação de organização, simplificação e optimização dos processos e recursos, enquanto factores de melhoria contínua.

III O desenvolvimento do conhecimento e do potencial dos colaboradores, ao nível da pessoa e das equipas, é condição essencial para a Qualidade.

IV A avaliação periódica da satisfação e necessidades dos Clientes da EPAL, conjugada com a resposta adequada a áreas de melhoria identificadas, é um objectivo de todos os colaboradores.

V No desenvolvimento das suas actividades, a EPAL compromete-se a proceder à utilização racional da água e a cumprir a legislação ambiental aplicável.

VI A EPAL promove os valores e preocupações ambientais com o objectivo de, prevenindo a poluição, contribuir activa e responsabilmente para um futuro ambientalmente sustentado.

VII Os compromissos da Qualidade e Ambiente assumidos pela EPAL deverão ser sistematicamente revistos e sucessivamente partilhados por todos os colaboradores, divulgados ao público e à Sociedade em geral.

Realizou-se, em 2002, a actualização do levantamento ambiental, na sequência do qual foram identificados e objecto de seguimento todos os aspectos ambientais carecidos de actuação.

A execução do Programa de Gestão Ambiental de 2002 foi considerada muito satisfatória. Das 46 acções previstas, realizaram-se 34 e transitaram para 2003 doze.

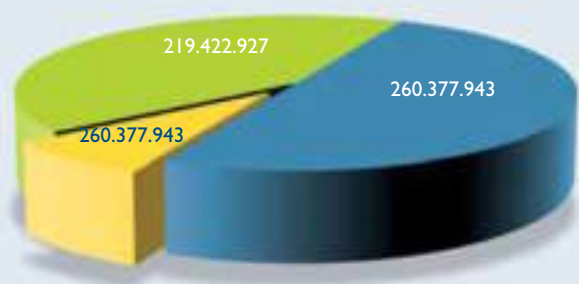
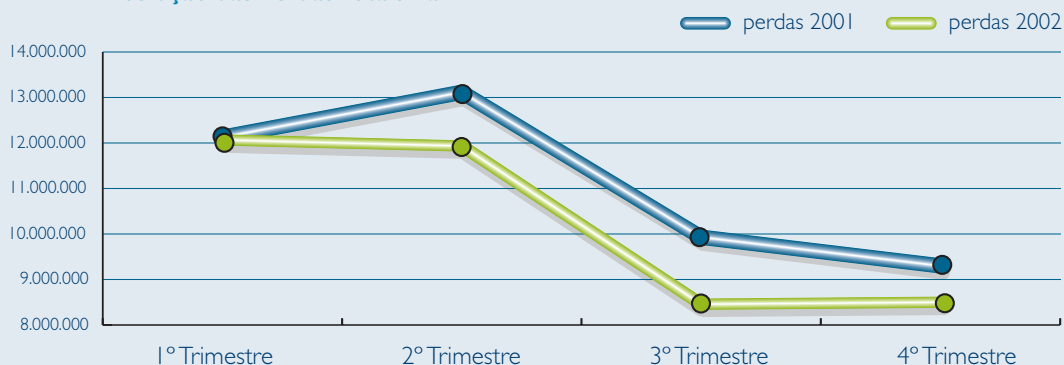
A execução dos Planos de Formação, de Auditorias Internas, de Monitorização do Ruído e dos Efluentes

e de Gestão Integrada de Resíduos foi francamente positiva.

Uma das acções realizadas no âmbito do SGA foi a definição de indicadores ambientais do sistema, o que permitiu o acompanhamento trimestral da evolução dos consumos de água, de energia, nos seus vários tipos, da produção e gestão de resíduos e de outros aspectos relevantes. A evolução dos indicadores ambientais em 2002 foi a seguinte:

PERDAS DE ÁGUA

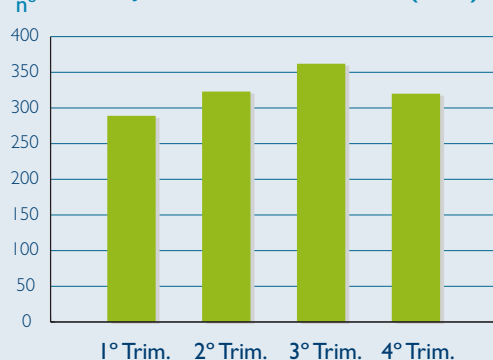
m³ Evolução das Perdas Totais na EPAL



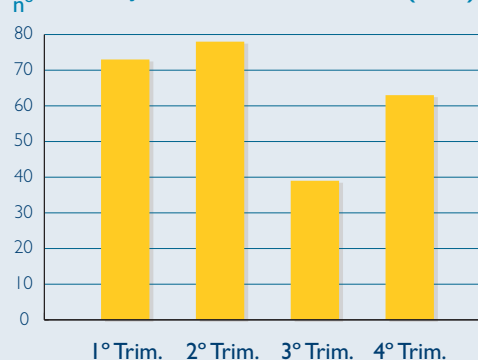
Perdas Totais na EPAL (2002)
unidade: m³

- Água Produzida
- Água Fornecida
- Perdas totais

nº Evolução de Roturas em 2002 (ADS)



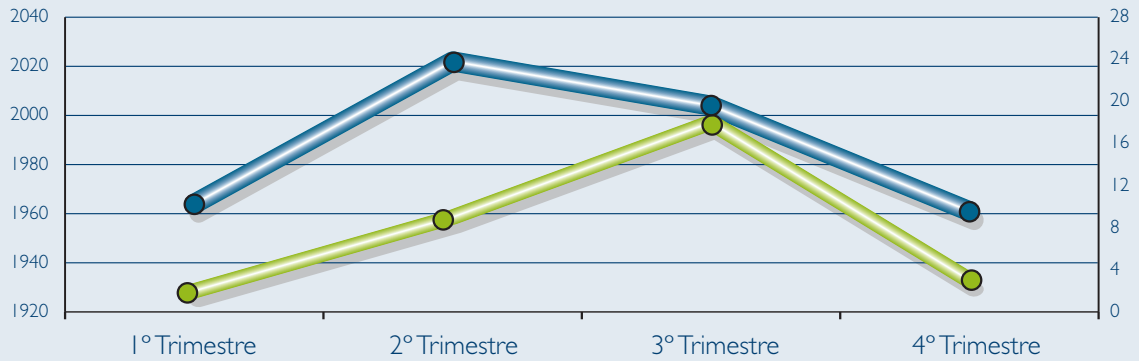
nº Evolução de Roturas em 2002 (APT)



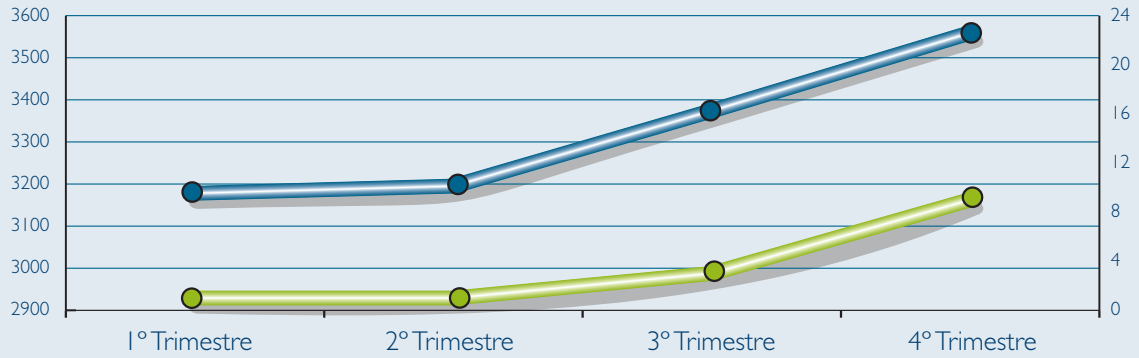
QUALIDADE DA ÁGUA

— VMR — VMA

Evolução de VMR e VMA em APT

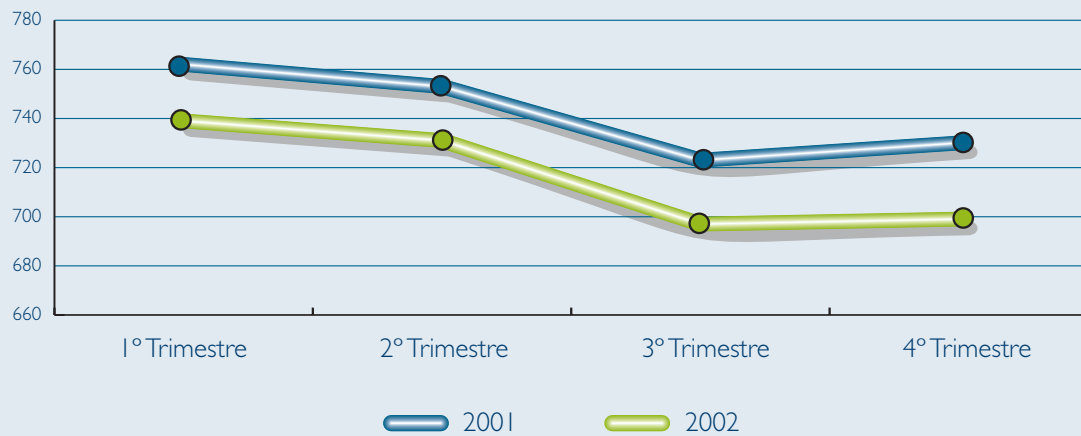


Evolução de VMR e VMA em ADS



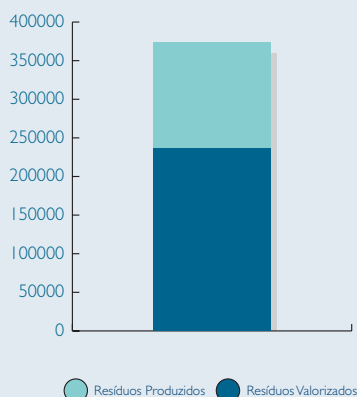
ENERGIA

Evolução da energia por volume de vendas na EPAL



PRODUÇÃO DE RESÍDUOS

Produção de Resíduos na EPAL em 2002



MONITORIZAÇÃO DE EFLUENTES

Monitorização de Efluentes na EPAL em 2002



Qualidade da Água

Foram integralmente cumpridos os Programas de Monitorização da Qualidade da Água no Sistema da EPAL, tanto dos laboratórios da Produção como do Laboratório Central.

O número total de parâmetros/espécies individualizadas pesquisados pelo Laboratório Central, cumprindo o estabelecido no Decreto-Lei n.º 236/98, foi de 85 parâmetros (151 espécies), tendo a seguinte

distribuição: 15 parâmetros microbiológicos (16 espécies), 4 parâmetros organolépticos, 3 parâmetros biológicos, 15 parâmetros físico-químicos, 30 parâmetros relativos a substâncias indesejáveis 36 espécies), 15 parâmetros (70 espécies) relativos a substâncias tóxicas e 3 parâmetros radiológicos.

A distribuição do número de determinações efectuadas por área do sistema de abastecimento da EPAL (captação, tratamento, adução e distribuição) é apresentada no quadro seguinte:

	Determinações 2002 (parâmetros)
Captações Subterrâneas	6 116
Captações Superficiais	4 125
Adutores	26 074
ETA	2 336
Municípios	57 548
Rede da Cidade de Lisboa	68 546
Paragem do Subsistema Castelo Bode	1 336
Outros (reclamações, etc.)	6 646
	172 727

No domínio do controlo dos processos de tratamento, os laboratórios da Produção – Asseiceira e

Vale da Pedra - realizaram 330 533 determinações, (116 490 na Asseiceira e 214 043 em Vale da Pedra).

Qualidade das águas captadas

Os resultados obtidos ao longo do ano 2002 na água da Albufeira de Castelo do Bode (no ponto de captação da EPAL), não registaram valores superiores aos VMA estabelecidos para qualquer das classes A1/A2/A3. Houve, no entanto, parâmetros que apresentaram, valores superiores ao VMR estabelecido para a classe A1 do Anexo I do Decreto-Lei n.º 236/98 de 1 de Agosto (pH, coliformes totais, coliformes fecais e azoto amoniacal), em menos de 10% das amostras.

Nos últimos anos, a ocorrência de valores superiores ao VMR e/ou VMA, não tem carácter sistemático, sendo facilmente elimináveis através do sistema de tratamento instalado na ETA da Asseiceira e que responde às exigências da Classe A3.

A poluição industrial não tem, até à data, significado preocupante, mas as agro-indústrias e a pecuária poderão ser factores negativos, se não controlados, assim como o desenvolvimento urbanístico e turístico desordenado. É, pois, indispensável garantir a protecção da zona de captação, tal como previsto por lei, para obviar à sua degradação.

Tal como nos anos transactos, os resultados da monitorização efectuada à água captada no Rio Tejo (Valada do Ribatejo) revelam que ela se integra na Classe A3, em função dos valores obtidos para os parâmetros coliformes totais e coliformes fecais.

A água captada em Valada do Ribatejo apresenta, de um modo sistemático, para a quase totalidade dos parâmetros da qualidade da água, valores inferiores aos VMR e VMA estabelecidos para as Classes A2 e A3 do Anexo I do Decreto-Lei n.º 236/98. A ocorrência de valores superiores ao VMR e/ou VMA da Classe A3, não tem carácter sistemático, sendo facilmente elimináveis através do esquema de tratamen-

to preconizado, para a classe A1, no Decreto-Lei 236/98 - Tratamento físico e desinfecção.

Relativamente à água captada na nascente do Rio Alviela (Olhos de Água), caracterizou-se por ser mineralizada e dura, não se tendo registado, ao longo do ano 2002, qualquer determinação analítica com valores superiores aos VMA estabelecidos para a Classe A1, de acordo com o art.º 16, n.º 3, do Anexo I do Decreto-Lei n.º 236/98.

Finalmente, a água das captações subterrâneas utilizadas revelou-se, como habitual, bastante mineralizada e dura, tendo a generalidade das determinações realizadas ficado aquém dos VMA estabelecidos para a Classe A1. As excepções pontuais verificaram-se nos parâmetros temperatura e bário.

Qualidade da Água Fornecida

O número de determinações efectuadas nos pontos de entrega da água fornecida aos clientes "em alta" e na rede de distribuição de Lisboa excedeu o número mínimo estabelecido no Decreto-Lei n.º 236/98, dando-se particular atenção à monitorização da qualidade microbiológica e do cloro residual, com a realização de colheitas diárias.

Com base nos valores obtidos nas determinações analíticas feitas foi possível concluir que, com excepção de alguns casos pontuais não repetitivos, a água cumpriu as normas de qualidade definidas na legislação portuguesa e comunitária.

A EPAL publicitou trimestralmente, na imprensa e no seu site da internet, os resultados obtidos na monitorização da qualidade da água e enviou os mapas correspondentes às entidades públicas competentes e aos responsáveis pela gestão dos sistemas de distribuição da água nos diferentes Municípios abastecidos pela empresa.

Qualidade da Medição

Foi assegurada a realização do plano de manutenção dos contadores, tendo sido levantados da rede de distribuição 38 563 de diversos calibres, dos quais 74,4 % corresponderam à componente preventiva do referido plano. Como resultado das acções realizadas, constatou-se que a taxa de avarias dos contadores continua a baixar, situando-se em 1,7 % do total de unidades instaladas.

No que concerne ao grupo dos contadores mecânicos com maior responsabilidade na medição da água, procedeu-se à adequação dos meios de medição instalados em 44 grandes clientes, cujos contadores foram redimensionados.

Foi adjudicada a instalação na cidade de Lisboa de 204 equipamentos de telemedição para contadores de grande calibre, com transmissão de dados por GSM.

Foi iniciado o estudo para a revisão da Periodicidade Óptima de Substituição dos contadores de 15 mm e para a determinação dessa periodicidade nos contadores de diâmetro até 40 mm, tendo sido já submetidos a ensaios, para a determinação de erros a diferentes caudais, cerca de 800 contadores.

Qualidade dos Serviços

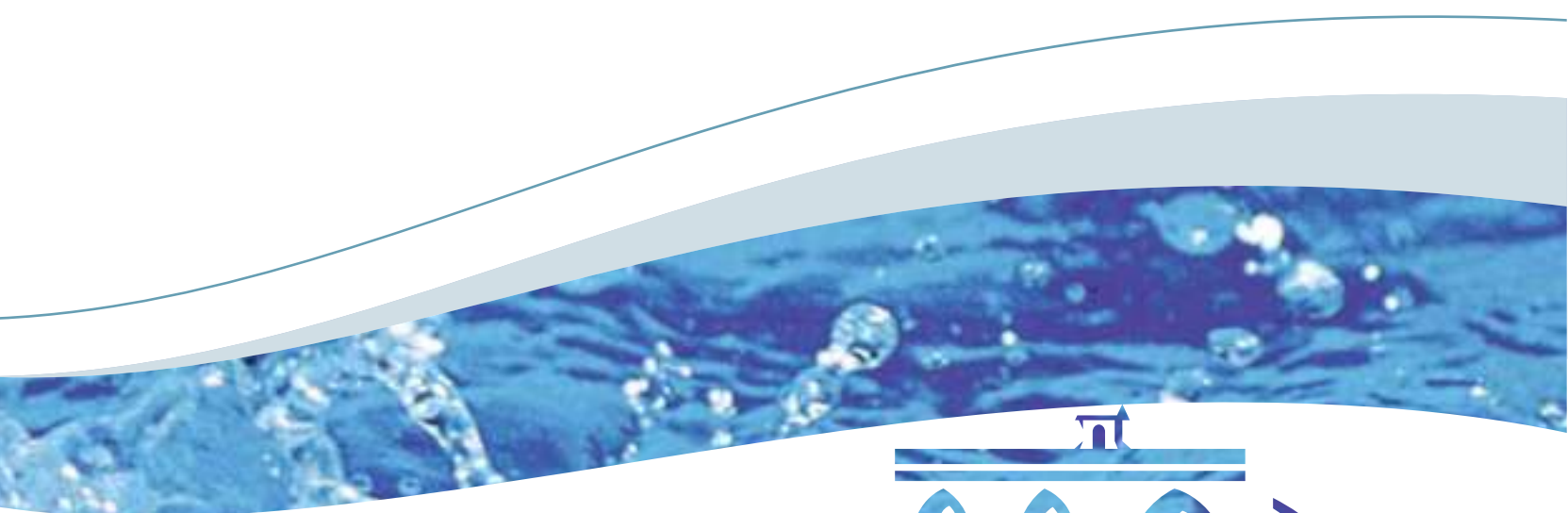
O Sistema de Garantia da Qualidade, em implementação nos serviços de Clientes Directos da Área de Negócio de Distribuição (em Baixa), teve desenvolvimentos dignos de registo. Com efeito, foram aprovados em Conselho de Administração e publicados, o respectivo Manual de Qualidade, 16 procedimentos administrativos e 59 instruções de trabalho. Realizou-se, ainda, uma primeira auditoria interna, bem como a revisão anual do sistema, o que permitiu a auditoria de certificação em Janeiro de 2003.

Durante o primeiro semestre do ano 2002, e após realização de auditoria externa de acompanhamento, obteve-se a renovação do estatuto de Laboratório Acreditado pela Norma NP EN ISO/IEC 17 025 para o Laboratório Central da EPAL, bem como a extensão do seu âmbito de acreditação para 49 métodos de ensaio e para a determinação de 134 parâmetros/espécies.

O Laboratório de Contadores de água, acreditado desde 1994, viu renovada a sua acreditação ainda no âmbito da NP EN ISO 45001 e efectuou a transição para a NP EN ISO/IEC 17025. A EPAL, manteve a qualificação de Reparador e Instalador de contadores de água potável fria.

O Controlo Laboratorial da Asseiceira concluiu, igualmente com êxito, a renovação da sua acreditação com referência à NP EN ISO/IEC 17 025 e viu alargado o respectivo âmbito a mais três parâmetros, sendo o total de parâmetros acreditados de 36.

Imagem, Comunicação
e Cultura



N

os domínios da imagem da EPAL foram tidos em consideração os valores subjacentes à sua Missão - o uso eficiente da água e a preservação do ambiente, bem como a sua pertença ao Grupo Águas de Portugal.

Em 2002, registaram-se 930 referências à EPAL nos vários Órgãos de Comunicação Social e foram satisfeitas 232 solicitações de informação por parte da imprensa especializada e outra. Foram, ainda, geridas, em termos de comunicação social, 9 situações de crise.

Reformulou-se o site – www.epal.pt - com a criação de um novo ambiente gráfico, novas funcionalidades e áreas de navegação e reformulação de conteúdos, conferindo maior destaque e interactividade às páginas dedicadas aos Clientes.

Na área da comunicação destaca-se o jornal “Águas Livres”, suporte de comunicação e informação essencialmente dirigido aos trabalhadores, que continuou a ser publicado mensalmente (à excepção dos meses de Agosto e Dezembro). Foram publicadas, nas edições de 2002, 520 notícias, que se encontram on-line, no site da Empresa, para leitura e consulta.

No âmbito da comunicação ambiental e para assinalar o Dia Mundial da Água e o Dia Mundial do Ambiente, apresentou-se a peça de teatro “Água Mágica”, no Fórum Lisboa, dedicada às crianças dos jardins de infância e 1º ciclo, dos concelhos de Lisboa, Amadora, Cascais, Oeiras, Odivelas, Loures e Sintra e aos filhos dos trabalhadores e familiares, com a presença de cerca de 10 300 pessoas nas duas apresentações.

A EPAL participou, ainda, na Semana do Ambiente no ZOO de Lisboa, onde foram distribuídas informações e brochuras relativas às preocupações ambientais e actividades da Empresa.

O Projecto “Águas Livres – Serviço de Apoio a Professores”, entrou no quinto ano de actividade. Este serviço continuou a decorrer com uma metodologia semelhante à dos anos anteriores, contribuindo para a sensibilização na defesa do ambiente e para a importância da Água, mas com incidência na apresentação, a professores e alunos, do importante património histórico, monumental, documental, técnico e tecnológico da EPAL.

O Museu da Água e o Ministério do Ambiente, com a colaboração do EMF- European Museum Forum e do Ministério da Cultura, promoveram as comemorações dos 25 anos do Prémio do Museu do Conselho da Europa, que contou com a presença de diversos especialistas nacionais e estrangeiros do mundo dos museus, bem como algumas das mais representativas individualidades do Conselho da Europa. No âmbito das comemorações, realizou-se, no reservatório da Mãe d’Água, uma exposição integrada no projecto “Born In Europe”, dedicada ao tema da Identidade na Europa. A conferência contou com o Alto Patrocínio de Sua Excelência o Senhor Presidente da República, Dr. Jorge Sampaio.

A EPAL, como associada e presidente da APOREM – Associação Portuguesa de Empresas com Museu, continuou a desenvolver contactos com organismos nacionais e internacionais, promovendo a imagem e divulgando os museus de empresa. A testemunhar esta realidade, a APOREM foi envolvida no projecto Engage- Collect and Share, financiado pela União Europeia ao abrigo do Programa Sócrates, que tem como objectivo promover práticas formativas inovadoras nos museus e galerias da Europa.

Os quatro núcleos do Museu da Empresa foram visitados, em 2002, por 43 590 pessoas.

Proposta de Aplicação de Resultados



N

os termos do disposto no artigo 21º dos Estatutos da EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A., o Conselho de Administração propõe que o Resultado

Líquido do Exercício de 2002, no montante de 9 377.597,68 € (nove milhões, trezentos e setenta e sete mil, quinhentos e noventa e sete euros e sessenta e oito cêntimos), tenha a seguinte distribuição:

- n 937 759,77 € (novecentos e trinta e sete mil, setecentos e cinquenta e nove euros e setenta e sete cêntimos) para Reserva Legal;
- n 7 500 000 € (sete milhões e quinhentos mil euros) para distribuição de dividendos aos Accionistas;
- n 839 320,50 € (oitocentos trinta e nove mil, trezentos e vinte euros e cinquenta cêntimos) para participação nos Resultados dos membros do Conselho de Administração e Trabalhadores;
- n 100 5179,41 € (cem mil, quinhentos e dezassete euros e quarenta e um cêntimos) para Outras Reservas.

Perspectivas para o Futuro



É

reconhecido pela generalidade dos intervenientes no sector da água para consumo humano, desde os clientes ao regulador e à tutela, o importante papel que a EPAL desempenha, enquanto abastecedora de água, em Alta, de um terço da população do país e distribuidora, em Baixa, na maior cidade portuguesa e, ainda, como empresa de referência no sector.

O futuro deverá assentar e, segundo nós, assentará sempre, neste património, potenciado para a garantia da qualidade e para a máxima rentabilização económica, financeira e social.

É sabido que a conjuntura internacional e nacional não se apresenta, actualmente, com as cores da facilidade. Por isso, a nossa postura será a do rigor; numa perspectiva cada vez mais empresarial.

Por outro lado, e porque os mercados e indústrias são, cada vez mais, territórios de permanente contingência e o sector do Ambiente é dos que mundialmente maior evolução regista, não nos parece legítimo traçar cenários futuros que sejam encarados como detentores de consistência superior à de um esboço que sirva de orientação para o trilhar do caminho quotidiano. Mesmo assim, é importante manter permanentemente a atenção focalizada na necessidade de “corrigir a rota” sempre que necessário.

Com esta percepção, podemos no entanto assumir que, para o próximo exercício, as linhas orientadoras da empresa assentarão nas seguintes bases:

- racionalizar meios e reduzir encargos de forma significativa, sem comprometer a eficácia operacional e o grau de satisfação dos clientes, accionista, regulador e demais stakeholders;
- priorizar e realizar os investimentos necessários, em função de critérios objectivos e garantidos a eficiência económico – financeira da EPAL no seu todo e em cada uma das suas áreas de negócio;
- concentrar os activos humanos, físicos e financeiros na solidez da estrutura e na optimização da operacionalidade das áreas de negócio;
- sem aumento dos encargos de estrutura, aproveitar as competências existentes e instaladas para o desenvolvimento de “nichos de negócio” de elevada incorporação tecnológica, destinados principalmente ao mercado das “utilities”;
- reforçar os níveis de qualificação e as capacidades de performance dos colaboradores da empresa;

Com a capacidade que é reconhecida à EPAL e a determinação na prossecução dos objectivos que lhe são naturalmente inerentes, reforçaremos o desempenho até agora conseguido.

Considerações Finais



A apresentação das actividades, das situações e resultados da EPAL no ano de 2002 assume, naturalmente, a natureza de um relato histórico, reportando a realidade da Empresa no período de tempo em consideração.

A história é feita por pessoas e para pessoas que, por sua vez, são, geralmente, os seus agentes mais importantes.

Ao concluir mais um relatório anual da EPAL importa registar o papel de todas as pessoas que interagiram com a Empresa, que contribuíram para que cumprisse a sua missão e para que a história feita fosse digna de registo e motivo de orgulho para quantos nela estiveram envolvidos. A todos uma palavra de apreço e reconhecimento, nomeadamente:

- n A Sua Excelência o Ministro das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente
- n Aos membros do Conselho de Administração do Accionista Águas de Portugal, SGPS, SA

- n Aos responsáveis pelos Organismos e Serviços Públicos com quem a EPAL se relacionou, nomeadamente ao IRAR e à Direcção Geral de Comércio e Concorrência

- n Aos responsáveis e colaboradores das instituições do Sistema Bancário e Segurador que interagiram na vida da Empresa

- n Aos titulares da Mesa da Assembleia Geral, do Conselho de Impacte Ambiental e ao Revisor Oficial de Contas da EPAL

- n Aos Clientes da Empresa

- n Aos Fornecedores, Projectistas, Empresas de Fiscalização e Empreiteiros

Finalmente, uma palavra especial para os responsáveis e colaboradores da EPAL.

Lisboa, 13 de Março de 2003



Armindo Carlos Cortez de Azevedo
Vogal



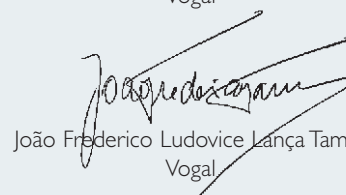
Valdemiro Falcão Libano Monteiro
Vogal



Luis de Carvalho Machado
Presidente



Amílcar Álvaro de Oliveira Ferreira Monteiro
Vogal



João Frederico Ludovice Lança Tamm
Vogal



Contas



BALANÇO

Unidade: Euros

CONTAS POC	ACTIVO	Notas	ACTIVO BRUTO	2 0 0 2 AMORT/PROV	ACTIVO LÍQUIDO	2 0 0 1 ACTIVO LÍQUIDO
IMOBILIZADO						
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS						
431	Despesas de instalação	10	469,685.06	468,461.13	1,223.93	2,447.87
433	Propriedade industrial e outros direitos	10	21,300.28		21,300.28	21,300.28
			490,985.34	468,461.13	22,524.21	23,748.15
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:						
421	Terrenos e recursos naturais	10	49,231,290.31		49,231,290.31	48,817,704.50
422	Edifícios e outras construções	10	92,773,956.89	58,952,264.24	33,821,692.65	32,225,163.25
423	Equipamento básico	10	752,277,107.43	322,008,585.98	430,268,521.45	430,843,862.94
424	Equipamento de transporte	10	2,624,282.04	2,537,275.03	87,007.01	155,696.25
425	Ferramentas e utensílios	10	9,330,621.05	6,431,915.44	2,898,705.61	2,568,753.17
426	Equipamento administrativo	10	15,059,754.94	13,159,413.59	1,900,341.35	2,371,120.32
427	Taras e vasilhame	10	7,194.40	5,247.37	1,947.03	902.94
429	Outras imobilizações corpóreas	10	9,034,443.10	5,132,656.98	3,901,786.12	3,460,641.65
441/6	Imobilizações em curso	10	29,929,366.03	29,929,366.03	12,465,304.66	
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	10			0.00	
			960,268,016.19	408,227,358.63	552,040,657.56	532,909,149.68
INVESTIMENTOS FINANCEIROS:						
4112	Partes de capital em empresas associadas	10, 16, 34	4,282,378.37	4,129,984.27	152,394.10	41,475.97
4114+414+415	Títulos e outras aplicações financeiras	32	127,592.33		127,592.33	127,592.33
			4,409,970.70	4,129,984.27	279,986.43	169,068.30
CIRCULANTE:						
EXISTÊNCIAS:						
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	41	1,427,029.82		1,427,029.82	1,404,856.50
			1,427,029.82		1,427,029.82	1,404,856.50
DÍVIDAS DE TERCEIROS - Médio e longo prazo:						
217	Clientes c/c	-	0.00		0.00	3,848.35
			0.00		0.00	3,848.35
DÍVIDAS DE TERCEIROS - Curto prazo:						
211	Clientes, c/c	-	18,710,525.23		18,710,525.23	19,050,078.38
218	Clientes de cobrança duvidosa	34	1,288,049.48	1,031,712.80	256,336.68	158,175.97
253	Empresas associadas	-	1,552,245.78		1,552,245.78	1,818,424.92
229	Adiantamentos a fornecedores	-			0.00	17,949.25
24	Estado e outros entes públicos	51	6,729,370.71		6,729,370.71	2,585,139.07
262+266/8+221	Outros devedores	48	2,044,805.95		2,044,805.95	1,303,051.28
			30,324,997.15	1,031,712.80	29,293,284.35	24,932,818.87
TÍTULOS NEGOCIÁVEIS						
18	Outras aplicações de tesouraria		0.00		0.00	1,496,393.69
			0.00		0.00	1,496,393.69
DEPÓSITOS BANCÁRIOS E CAIXA						
12+13+14	Depósitos bancários	-	3,402,405.36		3,402,405.36	2,937,551.05
11	Caixa	-	30,194.05		30,194.05	93,723.57
			3,432,599.41		3,432,599.41	3,031,274.62
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:						
271	Acréscimos de proveitos	49	9,062,532.54		9,062,532.54	8,996,783.32
272	Custos diferidos.	50	1,821,669.44		1,821,669.44	4,228,548.61
2752	Impostos diferidos activos	-	7,506,882.45		7,506,882.45	4,426,160.09
			18,391,084.43		18,391,084.43	17,651,492.02
TOTAL DE AMORTIZAÇÕES				<u>408,695,819.76</u>		
TOTAL DE PROVIÇÕES				<u>5,161,697.07</u>		
TOTAL DO ACTIVO			1,018,744,683.04	413,857,516.83	581,622,650.18	

Unidade: Euros

CONTAS POC	CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	Notas	2 0 0 2	2 0 0 1
	CAPITAL PRÓPRIO:			
51	Capital	36, 40	150,000,000.00	150,000,000.00
55	Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas	40	-4,063.81	-4,063.81
56	Reservas de reavaliação.	40	107,150,435.98	110,476,619.85
	Reservas:			
571	Reservas legais	40	17,629,733.94	16,876,892.92
574	Outras reservas	40	21,158,608.50	20,968,711.93
59	Resultados transitados	40	17,139,932.44	13,813,748.57
	Subtotal	-	313,074,647.05	312,131,909.46
88	Resultado líquido do exercício.	40	9,377,597.68	7,528,410.29
	TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO		322,452,244.73	319,660,319.75
	PASSIVO:			
	PROVISÕES PARA RISCOS E ENCARGOS:			
293/8	Outras provisões para riscos e encargos	34	2,955,473.45	1,186,216.24
			2,955,473.45	1,186,216.24
	DÍVIDAS A TERCEIROS - Médio e longo prazo:			
231	Empréstimos bancários	29	137,456,835.88	125,835,738.88
			137,456,835.88	125,835,738.88
	DÍVIDAS A TERCEIROS - Curto prazo:			
231+12	Dívidas a instituições de crédito	29	3,378,903.39	3,137,550.58
221	Fornecedores, c/c	-	15,567,570.68	5,426,173.42
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	-	274,483.82	4,921,193.42
253	Empresas participadas	-	-	0.00
2611	Fornecedores de imobilizado, c/c	-	11,513,815.30	14,805,368.57
24	Estado e outros entes públicos	51	4,077,998.35	909,364.12
262/5+267/8+211	Outros credores	52	13,057,121.52	11,362,539.29
			47,869,893.06	40,562,189.40
	ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS:			
273	Acréscimos de custos	53	20,912,744.31	17,257,373.45
274	Proveitos diferidos	54	58,408,114.80	61,397,288.48
2751	Impostos diferidos passivos	-	14,831,859.98	15,723,523.98
			94,152,719.09	94,378,185.91
	TOTAL DO PASSIVO		282,434,921.48	261,962,330.43
	TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		604,887,166.21	581,622,650.18

O Conselho de Administração
Luís de Carvalho Machado, *Presidente*
Armindo Carlos Cortês de Azevedo, *Vogal*
Amílcar Álvaro de Oliveira Ferreira Monteiro, *Vogal*
Valdemiro Falcão Libano Monteiro, *Vogal*
João Frederico Ludovice Lança Tamm, *Vogal*

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Unidade: Euros

CONTAS POC	CUSTOS E PERDAS	Notas	2 0 0 2	2 0 0 1
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:			
	Matérias	41	3,394,324.39	3,810,747.91
62	Fornecimentos e serviços externos		36,163,609.98	32,674,814.96
64	Custos com o pessoal:			
641+642	Remunerações		18,757,669.53	20,128,336.33
	Encargos sociais:			
643+644	Pensões		1,538,231.10	1,358,835.01
645/8	Outros		13,255,449.59	12,352,149.02
66	Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	10	26,262,013.27	26,639,038.71
67	Provisões	34	2,193,431.91	414,004.07
63	Impostos		607,275.63	492,879.82
65	Outros custos e perdas operacionais		872,023.15	1,193,293.18
		(A)	103,044,028.55	99,064,099.01
681+685/8	Juros e custos similares:			
	Outros	45	8,285,999.30	5,938,661.80
		(C)	111,330,027.85	105,002,760.81
69	Custos e perdas extraordinários	46	8,614,928.39	11,949,443.87
		(E)		119,944,956.24
86	Imposto sobre o rendimento do exercício	55	4,105,971.33	5,969,364.50
		(G)	124,050,927.57	122,921,569.18
88	Resultado líquido do exercício	40	9,377,597.68	7,528,410.29
			133,428,525.25	130,449,979.47
	PROVEITOS E GANHOS			
71	Vendas:			
	Produtos	44	125,022,703.71	121,581,606.30
72	Prestações de serviços	44	2,816,624.44	3,033,434.33
	Variação da produção		0.00	-23,852.55
75	Trabalhos para a própria empresa	256,419.68	704,351.78	
73	Proveitos suplementares	1,664,776.34	1,376,396.73	
74	Subsídios à exploração		24,884.89	12,757.00
		(B)	129,785,409.06	126,684,693.59
7812+7815	Rend. títulos neg. e outras aplic financeiras			
	Outros	45	835.20	111,551.16
7811+7818+785/6	Outros juros e proveitos similares:			
	Outros	45	254,192.73	401,397.95
		(D)	130,040,436.99	127,197,642.70
79	Proveitos e ganhos extraordinários	46	3,388,088.26	3,252,336.77
		(F)	133,428,525.25	130,449,979.47
RESUMO:			2 0 0 2	2 0 0 1
Resultados operacionais :	(B) - (A) =		26,741,380.51	27,620,594.58
Resultados financeiros :	(D - B) - (C - A) =		-8,030,971.37	-5,425,712.69
Resultados correntes :	(D) - (C) =		18,710,409.14	22,194,881.89
Resultados antes de impostos :	(F) - (E) =		13,483,569.01	13,497,774.79
Resultado líquido do exercício :	(F) - (G) =		9,377,597.68	7,528,410.29

O Técnico Oficial de Contas
Júlio Maria Filipe

O Director Administrativo e Financeiro
Helder Manuel Adanjo Ferreira de Oliveira

O Conselho de Administração
Luís de Carvalho Machado, *Presidente*
Armindo Carlos Cortês de Azevedo, *Vogal*
Amílcar Álvaro de Oliveira Ferreira Monteiro, *Vogal*
Valdemiro Falcão Libano Monteiro, *Vogal*
João Frederico Ludovice Lança Tamm, *Vogal*

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Unidade: Euros

Rubrica	2002	2001
ACTIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimentos de clientes	152,534,393	147,799,482
Pagamentos a fornecedores	-31,384,281	-37,013,162
Pagamentos ao Pessoal	-39,514,145	-44,174,223
Fluxo gerado pelas operações	81,635,967	66,612,097
Pagamento/recebimento do imposto s/ o rendimento	-5,492,063	-8,750,740
Outros receb/pag relativos à actividade operacional	-26,090,800	-17,447,776
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias	-31,582,863	-26,198,516
Recebimentos relacionados c/ rubricas extraordinárias	190,752	68,917
Pagamentos relacionados c/ rubricas extraordinárias	-210,829	-246,853
	-20,077	-177,936
Fluxos das actividades operacionais	50,033,027	40,235,645
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimentos provenientes de:		
Imobilizações corpóreas	61,378	53,536
Imobilizações incorpóreas	0	0
Subsídios de investimento	0	0
Juros e proveitos similares	215,896	418,827
	277,274	472,363
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos financeiros	-2,717,204	-355,016
Imobilizações corpóreas	-48,443,012	-33,718,840
Imobilizações incorpóreas	0	0
	-51,160,216	-34,073,856
Fluxo das actividades de investimento	-50,882,942	-33,601,493
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimentos provenientes de:		
Empréstimos obtidos	15,000,000	9,837,716
Cobertura de prejuízos	0	0
Outros	0	0
	15,000,000	9,837,716
Pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos	-3,137,549	-2,896,191
Juros e custos similares	-5,341,325	-5,838,236
Dividendos	-5,269,887	-9,975,958
Outros	0	0
Fluxo das actividades de financiamento	-13,748,761	-18,710,385
	1,251,239	-8,872,669
Variações de caixa e seus equivalentes	401,323	-2,238,517
Caixa e seus equivalentes no início do período	3,031,275	5,269,792
Caixa e seus equivalentes no fim do período	3,432,598	3,031,275

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES

Unidade: Euros

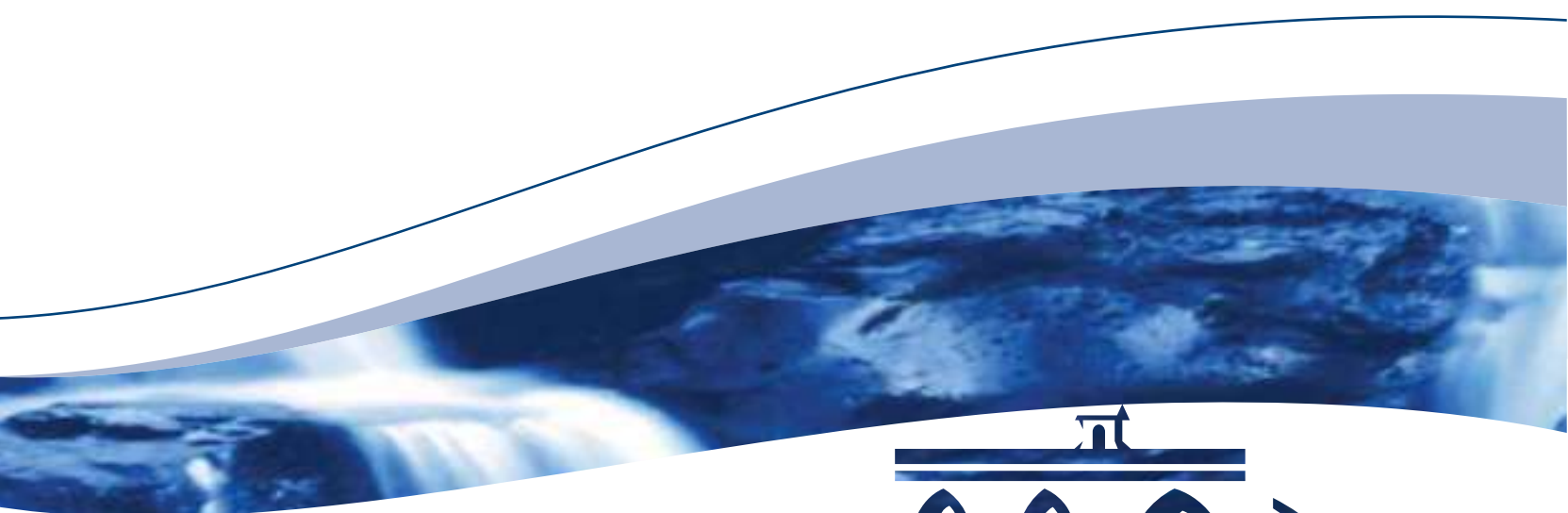
RUBRICAS	DEZEMBRO 2002		DEZEMBRO 2001		+/-	VARIAÇÃO 2002/2001	
	VALOR	%	VALOR	%		VALOR	%
Vendas e prestações de serviços	127,839,328	100	124,615,041	100	+	3,224,288	2.59
Custo das vendas e das prestações de serviços	-35,422,658	-27.71	-33,497,092	-26.88	-	-1,925,565	5.75
Resultados brutos	92,416,671	72.29	91,117,949	73.12	+	1,298,722	1.43
Outros proveitos e ganhos operacionais	5,354,410	4.19	1,389,154	1.11	+	3,965,256	285.44
Custos de distribuição	-30,379,355	-23.76	-28,754,472	-23.07	-	-1,624,883	5.65
Custos administrativos	-33,909,664	-26.53	-28,053,274	-22.51	-	-5,856,390	20.88
Outros custos e perdas operacionais	-11,967,521	-9.36	-16,291,455	-13.07	+	4,323,933	-26.54
Resultados operacionais	21,514,540	16.83	19,407,901	15.57	+	2,106,639	10.85
Custo líquido de financiamento	-5,297,418	-4.14	-5,812,440	-4.66	+	515,022	-8.86
Ganhos (perdas) em filiais associadas	-145,082	-0.11	-20,496	-0.02	-	-124,586	..
Ganhos (perdas) em outros investimentos	-2,588,472	-2.02	-77,191	-0.06	-	-2,511,281	..
Resultados correntes	13,483,569	10.55	13,497,775	10.83	-	-14,206	-0.11
Impostos sobre os resultados correntes	-4,105,971	-3.21	-5,969,365	-4.79	+	1,863,393	-31.22
Resultados correntes após impostos	9,377,597	7.34	7,528,410	6.04	+	1,849,187	24.56
Resultados líquidos	9,377,597	7.34	7,528,410	6.04	+	1,849,187	24.56
Resultados por acção							

 O Técnico Oficial de Contas
 Júlio Maria Filipe

 O Director Administrativo e Financeiro
 Helder Manuel Adanjo Ferreira de Oliveira

 O Conselho de Administração
 Luís de Carvalho Machado, *Presidente*
 Armindo Carlos Cortês de Azevedo, *Vogal*
 Amílcar Álvaro de Oliveira Ferreira Monteiro, *Vogal*
 Valdemiro Falcão Líbano Monteiro, *Vogal*
 João Frederico Ludovice Lança Tamm, *Vogal*

Anexo ao Balanço e à
Demonstração de Resultados



n ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS PARA O EXERCÍCIO DE 2002

(Montantes expressos em Euros, excepto quando expressamente indicado)

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano Oficial de Contabilidade (POC). As notas não incluídas neste Anexo não são aplicáveis ou significativas para a leitura das Demonstrações Financeiras.

n ACTIVIDADE

A EPAL é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos, com a denominação social EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A..

O objecto social da Empresa consiste na captação, tratamento, adução e distribuição de água para consumo público e, bem assim, quaisquer outras actividades industriais, comerciais, de investigação ou de prestação de serviços, designadamente respeitantes ao ciclo da água, que sejam complementares daquelas ou com elas relacionadas.

A EPAL efectua a distribuição domiciliária, em regime de exclusivo, no Município de Lisboa e procede ainda ao abastecimento de outros municípios que, por sua vez, fazem a respectiva distribuição domiciliária.

O regime de preços de venda de água pela EPAL é definido pelo Decreto-Lei nº 230/91, de 21 de Junho, que prevê a celebração de convenções a acordar entre esta e o Estado e a Direcção Geral de Concorrência e Preços. Os preços que estiveram em vigor para 2002 foram estipulados pela Convenção celebrada a 19 de Julho, no que concerne à área abrangida por esta convenção.

Refª

POC

3 VALORIMETRIA

As demonstrações financeiras da EPAL foram preparadas segundo a convenção dos custos históricos (modificada pelas diversas reavaliações efectuadas) e na base da continuidade das operações da Empresa em conformidade com os princípios contabilísticos de prudência, consistência, substância sobre a forma e materialidade.

Os custos e os proveitos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são pagos ou recebidos, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas estão contabilizadas ao custo ou valor de reavaliação.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, utilizando-se de um modo geral as taxas máximas fiscalmente permitidas de forma a reintegrarem os imobilizados no período estimado da sua vida útil.

As taxas utilizadas são:

	Intervalos de Taxas de amortização
Edifícios e outras construções	2 % - 10 %
Equipamento básico	2 % - 25 %
Equipamento de transporte	6,2 % - 25 %
Ferramentas e utensílios	10 % - 25 %
Equipamento administrativo	10 % - 25 %
Taras e vasilhame	14,28 %
Outras imobilizações corpóreas	6,66 % - 12,5 %

Os adutores, contabilisticamente relevados em Equipamento Básico, têm a taxa de 2% de amortização, expressamente autorizada pela DGCI para efeitos fiscais.

Os terrenos não são amortizáveis.

Custos Plurienais

Os encargos com grandes reparações do imobilizado são relevados contabilisticamente na rubrica Custos Diferidos (Nota 50), sendo o seu custo repartido por três anos.

Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros em empresas associadas são valorizados pelo método da equivalência patrimonial, pelo que os lucros ou perdas destes investimentos são contabilizados nos períodos a que se referem.

Os restantes investimentos e participações financeiras estão valorizados ao preço de aquisição, sendo os lucros ou proveitos contabilizados quando recebidos.

As provisões correspondem às perdas estimadas na realização dos investimentos financeiros.

Existências

As Matérias subsidiárias e de consumo destinam-se ao processo produtivo da EPAL e incluem nomeadamente cloro, sulfato de alumínio e outros produtos usados no tratamento da água.

As existências são valorizadas ao preço de aquisição (custo médio).

Dívidas de Terceiros

As dívidas de terceiros estão reflectidas pelo seu valor nominal. A provisão para dívidas de cobrança duvidosa é calculada com base na avaliação económica específica das perdas estimadas pela não recuperabilidade das dívidas.

Benefícios de reforma

A Empresa tem em vigor um sistema de complementos de pensões de reforma bem como um plano de adesão à situação de pré reforma. As responsabilidades emergentes foram avaliadas por profissionais independentes qualificados e os fundos, provisões ou acréscimos de custos requeridos, ajustados em conformidade com a IAS 19.

Subsídios recebidos para Investimento

Os subsídios recebidos destinados a financiar investimentos em activos imobilizados corpóreos são registados na rubrica Proveitos Diferidos (Nota 54) e alocados a resultados do exercício pelo período médio em que os bens financiados são amortizados.

Reservas de reavaliação

Os montantes registados nesta rubrica, referentes aos acréscimos líquidos de imobilizado gerado pelas reavaliações, efectuadas de acordo com os critérios definidos para as mesmas, são movimentados para Resultados transitados na medida em que os mesmos são realizados através de venda, abate ou amortização dos bens respectivos. Na generalidade, os montantes movimentados não estão livres para distribuição podendo apenas ser utilizados na cobertura de prejuízos, registados até à data de referência da respectiva reavaliação, ou para aumento de capital.

Vendas

Durante o ano, os proveitos por vendas de água são reconhecidos quando facturados com base nas leituras dos contadores. No final do ano o valor estimado dos consumos por ler e facturar é reconhecido em proveitos do exercício por contrapartida da rubrica Acréscimos de Proveitos (Nota 49).

A Câmara Municipal de Lisboa tem vindo a ser facturada com base num protocolo celebrado entre esta entidade e a EPAL que prevê um montante mínimo de facturação mensal.

Encargos financeiros

Os encargos financeiros relativos aos empréstimos contraídos para financiar imobilizações são registados como custos no exercício em que ocorrem.

Refª

POC

6 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Os montantes a liquidar de imposto sobre o rendimento do exercício, são determinados com base nos resultados líquidos ajustados em conformidade com a legislação fiscal. São reconhecidos os efeitos das diferenças temporais subjacentes aos activos e passivos relevados no balanço no cômputo do encargo global de impostos sobre o rendimento do exercício.

Refª

POC

7 NÚMERO MÉDIO DE TRABALHADORES

O número médio de trabalhadores durante o exercício foi de 904.

Refª

POC MOVIMENTOS OCORRIDOS NAS RUBRICAS DO ACTIVO

10 IMOBILIZADO E RESPECTIVAS AMORTIZAÇÕES

ACTIVO BRUTO	Saldo Inicial	Adições	Alienações	Abates	Transf. e Regular	Saldo Final
Imobilizações Incorpóreas						
Despesas de instalação	469 685,06					469 685,06
Propriedade industrial e out.direitos	21 300,28					21 300,28
	490 985,34					490 985,34
Imobilizações Corpóreas						
Terrenos e recursos naturais	48 817 704,50				413 585,81	49 231 290,31
Edifícios e outras construções	88 073 632,63	10 591,20			4 689 733,06	92 773 956,89
Equipamento básico	732 189 816,42	87 278,45	-8 173,09	-88 434,77	20 096 620,42	752 277 107,43
Equipamento de transporte	2 760 229,02	4 886,43	-140 011,91	-821,50		2 624 282,04
Ferramentas e utensílios	8 379 168,11	418 299,25	-19 237,82	-84 957,57	637 349,08	9 330 621,05
Equipamento administrativo	14 887 652,86	204 587,45	-189 345,37	-81 419,15	238 279,15	15 059 754,94
Taras e vasilhame	5 713,00	1 481,40				7 194,40
Outras imobilizações corpóreas	7 991 855,58	190 205,54		-98 537,65	950 919,63	9 034 443,10
Imobilizações em curso	12 184 394,66	44 490 548,58			-26 745 577,21	29 929 366,03
Adiantamentos por conta de Imobilizações corpóreas	280 909,94				-280 909,94	0,00
	915 571 076,72	45 407 878,30	-356 768,19	-354 170,64	0,00	960 268 016,19
Investimentos Financeiros						
Partes capital em empresas associadas	1 444 077,03	2 983 383,20				
			-145 081,86	4 282 378,37		
Títulos e outras aplicações financeiras	127 592,33					127 592,33
	1 571 669,36	2 983 383,20			-145 081,86	4 409 970,70

AMORTIZAÇÕES/PROVISÕES	SALDO INICIAL	REFORÇO	ABATES	REGULAR.	SALDO FINAL
Imobilizações Incorpóreas					
Despesas de instalação	467 237,19	1 223,94			468 461,13
Propriedade industrial e out.direitos					
	467 237,19	1 223,94			468 461,13
Imobilizações Corpóreas					
Terrenos e recursos naturais	-	-	-	-	-
Edifícios e outras construções	55 848 469,10	3 103 795,14			58 952 264,24
Equipamento básico	301 345 955,28	20 753 145,86		-90 515,16	322 008 585,98
Equipamento de transporte	2 604 532,73	73 575,71		-140 833,41	2 537 275,03
Ferramentas e utensílios	5 810 417,22	721 373,46		-99 875,24	6 431 915,44
Equipamento administrativo	12 516 528,91	911 688,70		-268 804,02	13 159 413,59
Taras e vasilhame	4 810,02	437,35			5 247,37
Outras imobilizações corpóreas	4 531 213,78	696 773,11		-95 329,91	5 132 656,98
	382 661 927,04	26 260 789,33		-695 357,74	408 227 358,63
Investimentos Financeiros					
Partes de capital em empresas associadas (Nota 16)	1 402 601,06	2 727 383,21			4 129 984,27
	1 402 601,06	2 727 383,21			4 129 984,27
Valor líquido					
Imobilizações Incorpóreas	23 748,15				22 524,21
Imobilizações Corpóreas	532 909 149,68				552 040 657,56
Investimentos Financeiros	169 068,30				279 986,43
	533 101 966,13				552 343 168,20

A variação positiva da rubrica Investimentos financeiros refere-se aos aumentos de capital nas participadas Clube de Golfe da Amoreiras, SA (€ 287 500,00) e Prolagos (€ 2 695 883,20).

A regularização no montante de € 145 081,86 refere-se ao acerto do Clube de Golfe das Amoreiras, SA relativo ao método da equivalência patrimonial.

Ref^a

POC

12 REAVALIAÇÕES

As reavaliações efectuadas até à data pela EPAL basearam-se nos seguintes diplomas legais:

Decreto-Lei n.º 430/78, conforme disposições do Decreto-Lei n.º 24/82

Decreto-Lei n.º 219/82

Decreto-Lei n.º 399-G/84

Decreto-Lei n.º 118-B/86

Decreto-Lei n.º 111/88

Decreto-Lei n.º 49/91

Decreto-Lei n.º 264/92

Decreto-Lei n.º 31/98

Refª

POC

13 QUADRO DISCRIMINATÓRIO DAS REAVALIAÇÕES

	CUSTOS HISTÓRICOS a)	REAVALIAÇÕES a) b)	VALORES CONTABILÍSTICOS REAVALIADOS a)
Imobilizações Corpóreas:			
Terrenos e recursos naturais	12 575 982,09	33 104 907,94	45 680 890,03
Edifícios e outras construções	12 764 944,34	8 554 170,29	21 319 114,63
Equipamento básico	134 074 594,04	103 344 347,65	237 418 941,68
Equipamento de Transporte	233,45	61,99	295,44
Ferramentas e utensílios	-	-	-
Equipamento administrativo	-	-	-
Taras e vasilhame	-	-	-
Outras imobilizações corpóreas	150 207,77	7 260,61	157 468,38
	159 565 961,69	145 010 748,47	304 576 710,16

a) Líquidos de amortizações

b) Englobam as sucessivas reavaliações

Refª

POC

14 IMOBILIZAÇÕES EM PODER DE TERCEIROS E OUTRAS

Imobilizações em poder de terceiros: Na conta 423 «Equipamento básico» estão incluídos € 9 477 435,42 referentes a contadores de água colocados na rede de distribuição.

Todo o imobilizado da EPAL está afecto à sua única actividade: abastecimento de água (produção e distribuição).

Refª

POC

16 PARTICIPAÇÕES

A EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, SA, é participada pela:

	CAPITAL	%
AdP - ÁGUAS DE PORTUGAL, Soc. Gestora de Participações Sociais, SA. Avenida da Liberdade, 110 – 5º piso LISBOA	€ 150 000 000,00	100

Por outro lado é participante nas seguintes empresas:

	VALOR DE BALANÇO	% DE PARTICIPAÇÃO	VALOR DO CAPITAL PRÓPRIO	RESULTADO DO ÚLTIMO EXERCÍCIO	VALORES PELA EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL
CLUBE GOLF DAS AMOREIRAS, S.A. Av. da Liberdade, 24 1250-144 LISBOA	142 418,14	100,0	142 418,14	(96 005,66)	142 418,14
AMBELIS Av. Fontes Pereira de Melo, 51 A-5º Andar E 1050 Lisboa	9 975,96	1,0			
SHORE Madeira	31 500,01	7,5			
PROLAGOS Rua Teixeira e Souza, Nº501-Cobertura, Cabo Frio Rio de Janeiro	4 098 484,26	7,5			

Procedeu-se à constituição da provisão para perdas em investimentos financeiros relativa à participação na Shore pela sua totalidade, 31.500,01 euros e reforço da provisão na PROLAGOS no valor de 2 695 883,20 euros (nota 34).

Refª

POC

23 COBRANÇAS DUVIDOSAS

Cientes de cobrança duvidosa:	SALDO INICIAL	AUMENTOS	REDUÇÕES	SALDO FINAL
Áreas	693 887,40	370 895,00	-22 580,18	1 042 202,22
Grandes Clientes	165 836,64	103 555,52	-23 544,90	245 847,26
	<u>859 724,04</u>	<u>474 450,52</u>	<u>-46 125,08</u>	<u>1 288 049,48</u>

Refª

POC

25 SALDOS DAS CONTAS COM O PESSOAL

	SALDOS	
	Devedores	Credores
Remunerações a pagar/reaver	48,76	
Adiantamentos ao pessoal	99 489,49	
Outras operações com o pessoal	46 631,96	1 594,72
	<u>146 170,21</u>	<u>1 594,72</u>

Ref^a

POC

29 DÍVIDAS A TERCEIROS A MAIS DE CINCO ANOS

VENCIMENTO	TAXA	DÍVIDA	1 ANO	2 A 5 ANOS	MAIS DE
JURO				(a)	5 ANOS
					(b)
Empréstimos do B. E. I:					
7317	2,87%	3 879 539	1 108 440	2 771 099	
7317	2,87%	1 939 770	554 220	1 385 550	
9279	3,94%	4 322 915	720 486	2 881 943	720 486
9815	2,87%	7 695 727	513 049	2 052 198	5 130 480
9815	4,58%	7 240 613	482 708	1 930 831	4 827 074
9815	4,63%	15 000 000		652 174	14 347 826
9815	2,87%	18 419 459		800 846	17 618 613
20303	2,87%	12 500 000			12 500 000
20566	5,05%	20 000 000			20 000 000
20566	2,87%	12 500 000			12 500 000
20566	5,39%	12 500 000		1 953 125	10 546 875
20566	2,87%	9 837 716		1 537 143	8 300 573
20010112	2,87%	10 000 000			10 000 000
20010112	2,87%	5 000 000			5 000 000
		<u>140 835 739</u>	<u>3 378 903</u>	<u>15 964 909</u>	<u>121 491 927</u>

(a) + (b) = 137 456 836

Estes empréstimos e respectivos juros estão cobertos por garantias bancárias no valor de 16.924.913,50 euros.

Durante o ano de 2002 o endividamento de médio e longo prazo da EPAL junto do BEI, sofreu um acréscimo de 15 000 000 euros, resultante da contratação de dois empréstimos, que tiveram lugar em Junho e Dezembro, tendo sido contratados em regime de taxa variável.

Ref^a

POC

31 COMPROMISSOS FINANCEIROS QUE NÃO FIGURAM NO BALANÇO

A EPAL tem em vigor um plano de benefícios de reforma atribuído aos seus trabalhadores que compreende o compromisso de pagamento do complemento da pensão de reforma paga pela Segurança Social. Adicionalmente, tem também um plano de adesão à situação de pré-reforma. Para fazer face às responsabilidades emergentes, constituiu o Fundo de Pensões EPAL em Novembro de 1990, o qual é gerido autonomamente.

A tabela seguinte decompõe as variações ocorridas nas responsabilidades e no Fundo de Pensões:

	2001	2002
Variação nas Responsabilidades		
Responsabilidades do início do período	50.876.183,40	58.252.027,40
Custo do serviço	889.601,00	1.798.000,00
Custo do juro	2.991.737,00	3.997.000,00
(Ganhos) / Perdas actuariais	8.042.630,00	28.959.929,57
Benefícios pagos	-4.548.124,00	-5.362.707,07
Responsabilidades no fim do período	58.252.027,40	87.644.249,90
Variação nos activos do Fundo		
Justo valor dos activos no início do período	34.804.715,64	32.198.018,40
Retorno efectivo dos activos	-2.447.464,24	-1.369.440,78
Contribuição da Epal	1.283.456,00	1.538.231,10
Benefícios pagos	-1.442.689,00	-1.484.446,72
Justo valor dos activos no fim do período	32.198.018,40	30.882.362,00
Excesso (insuficiência) de cobertura do Fundo	-26.054.009,00	-56.761.887,90
(Ganhos)/ Perdas actuariais não reconhecidas	14.447.651,00	41.455.000,00
Custos diferidos (acrescidos)	-11.606.358,00	-15.306.887,90

Abaixo se discriminam os pressupostos mais significativos utilizados no cálculo actuarial das responsabilidades:

	2001	2002
Tábua de Mortalidade	TV 73/77	TV 88/90
Taxa anual de desconto	6,00%	5,20%
Taxa anual de crescimento das pensões	1,50%	1,25%
Taxa anual de rendimento do Fundo	6,00%	5,20%

Em 2002 procedeu-se à alteração de alguns pressupostos utilizados na avaliação actuarial das responsabilidades, nomeadamente a tábua de mortalidade e a taxa de rendimento, da qual resultou um acréscimo da rubrica de perdas actuariais.

A 31 de Dezembro de 2002 o valor de perdas actuariais não reconhecidas situava-se em 41,5 Milhões de EUR, dos quais 0,6 Milhões de EUR relativos a serviços passados de transição amortizáveis em 5 anos, 16,6 Milhões de EUR relativos ao Prior Service Cost, amortizável no tempo de serviço médio futuro, e 24,3 Milhões de EUR de perdas actuariais – 8,8 Milhões compreendidos no limite previsto na IAS 19 e 15,5 Milhões amortizáveis no tempo de serviço médio futuro esperado da população.

INVESTIMENTOS EM 2002	EMPREITADAS CONTRATADAS		
	Totais	Facturado em 2002	Saldo para 2003 e seguintes
Construção civil	38.595.528,25	33.710.605,66	4.884.922,59
Equipamento	5.035.258,70	4.536.116,00	499.142,70
Instalações eléctricas	960.978,21	895.894,47	65.083,74
Fiscalização	135.918,51	120.174,43	15.744,08
Terrenos	599.556,63	599.556,63	0,00
Estudos e projectos	1.530.443,17	1.082.083,91	448.359,26
Promoção e divulgação	14.912,39	14.912,39	0,00
Investimentos diversos	3.359.745,18	2.933.250,72	426.494,46
Gestão de projecto	4.460,00	4.460,00	0,00
Gestão da qualidade	1.496,39	1.496,39	0,00
Contadores	591.997,91	591.997,91	0,00
Bens móveis	830.033,73	810.920,47	19.113,26
Total	51.660.329,07	45.301.468,98	6.358.860,09

Existem contratos de aluguer de viaturas em regime de ALD no montante de 727 030,28 euros e em regime de aluguer operacional no montante de 1 423 608,54 euros.

Ref^a

POC

32 GARANTIAS PRESTADAS

Em 31 de Dezembro de 2002 eram as seguintes:

Garantias bancárias a favor de:

Tribunais	6 065 338,88
Banco Europeu de Investimento	16 924 913,50
Câmaras Municipais	3 497,37
Serviços Municipalizados	7 735,65
	<u>23 001 485,40</u>

Existem ainda as seguintes garantias prestadas, registados em «Títulos e outras aplicações financeiras»:

FIP'S	19 813,12
90 OT'S	18 364,08
Valores à ordem dos tribunais	89 415,13
	<u>127 592,33</u>

As obrigações FIP estão afectas à prestação de garantias para indemnizações por acidentes de trabalho.

RefªPOC**34 PROVISÕES**

	Saldo			Saldo
	Inicial	Aumentos	Reduções	Final
Provisões para cobranças duvidosas	701 548,07	366 480,37	36 315,64	1 031 712,80
Processos judiciais em curso	797 297,42	1 666 713,90	47 885,06	2 416 126,26
Outros	-	160 237,63	-	160 237,63
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	388 918,84	-	9 809,28	379 109,56
Subtotal	1 886 216,26	1 826 951,53	57 694,34	2 955 473,45
Subtotal	1 887 764,33	2 193 431,90	94 009,98	3 987 186,25
Provisões para investimentos financeiros	1 402 601,05	2 727 383,22	-	4 129 984,27
Total	<u>3 290 365,38</u>	<u>4 920 815,12</u>	<u>94 009,98</u>	<u>8 117 170,52</u>

RefªPOC**36/37 CAPITAL**

O capital é de 150 000 000,00 de Euros e encontra-se integralmente realizado.

O capital é representado por 30 000 000 acções com o valor nominal de 5,00 Euros cada.

	VALOR	%
AdP - ÁGUAS DE PORTUGAL, Soc. Gestora de Participações Sociais, SA.	€ 150 000 000,00	100,0

RefªPOC**39 VARIAÇÃO DAS RESERVAS DE REAVALIAÇÃO NO EXERCÍCIO**

CONTAS	SALDO INICIAL
56060001 - Decreto-Lei nº 49/91	2 950 553,89
56070001 - Decreto-Lei nº 264/92	45 304 187,67
56080001 - Decreto Lei nº 31/98	62 221 878,29
SUBTOTAL	<u>110 476 619,85</u>
REALIZAÇÕES	<u>3 326 183,87</u>
SALDO	<u>107 150 435,98</u>

Refª

POC

40 MOVIMENTOS OCORRIDOS NAS CONTAS DE CAPITAIS PRÓPRIOS

	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
Capital Social	150 000 000,00			150 000 000,00
Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas	-4 063,81			-4 063,81
Reservas de reavaliação	110 476 619,85	(b)	-3 326 183,87	107 150 435,98
Reservas legais	16 876 892,92	752 841,02	17 629 733,94	
Reservas livres	20 968 711,93	189 896,57		21 158 608,50
Resultados transitados	13 813 748,57	10 854 594,16	-7 528 410,29	17 139 932,44
Resultados do exercício	7 528 410,29	9 377 597,68	(a) -7 528 410,29	9 377 597,68
	<u>319 660 319,75</u>	<u>21 174 929,43</u>	<u>-18 383 004,45</u>	<u>322 452 244,73</u>

(a) - A redução dos resultados teve o seguinte destino:

Reservas legais	752 841,02
Reservas livres	189 896,57
Distribuição de dividendos	5 269 887,10
Distribuição de lucros ao pessoal	1 315 785,60
	<u>7 528 410,29</u>

(b) – Respeita à transferência das reservas de reavaliação realizadas para Resultados Transitados

Refª

POC DEMONSTRAÇÃO DO CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS

41 E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

	MATÉRIAS-PRIMAS SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO
Existências iniciais	1 404 856,50
Compras	3 418 529,36
Regularização de existências	-2 031,75
Existências finais	<u>-1 427 029,82</u>

Refª

POC

43 REMUNERAÇÃO DOS ORGÃOS SOCIAIS

Conselho de Administração	534 769,92
Fiscal Único	17 911,88
TOTAL	<u>552 681,80</u>

Refª

POC

44 DISCRIMINAÇÃO DAS VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

Vendas	125 022 703,71
Prestações de serviços	2 816 624,44
	<u>127 839 328,15</u>

A totalidade das Vendas e das Prestações de Serviços ocorreu no mercado nacional e respeita à única actividade da empresa: abastecimento de água (produção e distribuição).

Refª

POC

45 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS

	2002	2001		2002	2001
Custos e Perdas			Proveitos e Ganhos		
Juros suportados	5.305.306,42	5 813 078,29	Juros obtidos	215.895,96	397 225,19
Remun. a títulos participação	145.081,86	20 495,65	Rend. títulos participação		-
Provisões p/ aplic. Financ.	2.727.383,21	-	Rendimentos de imóveis		21 601,46
Difer. câmbio desfavoráveis	4.912,00	1 700,84	Difer. câmbio favoráveis	85,24	8 989,89
Outros	103.315,81	103 387,02	Descontos de p.p. obtidos	39.046,73	85 132,57
Resultados financeiros	-8.030.971,37	-5 425 712,69			
TOTAL	<u>255.027,93</u>	<u>512 949,11</u>	TOTAL	<u>255.027,93</u>	<u>512 949,11</u>

Refª

POC

46 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

	2002	2001		2002	2001
Custos e Perdas			Proveitos e Ganhos		
Donativos	14 948,68	140 001,18	Ganhos em existências	1 352,60	6 669,53
Dívidas incobráveis			Ganhos em imobilizações	77 069,90	33 586,29
Perdas em Existências	3 444,25	50 847,98	Reduções de amort. e provisões	84 200,69	113 768,49
Perdas em Imobilizações	13 830,75	15 844,33	Correc. Relat. a exerc anter	88 670,07	24 977,13
Multas e Penalidades	467,18	6 954,52	Outros	3 136 795,00	3 073 335,33
Correc. relat.exerc. anter.	1 302 788,71	56 663,08			11 679 132,78
Outros	7 279 448,82		Resultados extraordinários	5 226 840,13	8 697 107,10
TOTAL	<u>8 614 928,39</u>	<u>11 949 443,87</u>	TOTAL	<u>8 614 928,39</u>	<u>11 949 443,87</u>

A rubrica "Outros Proveitos" decompõe-se como segue:

	2002	2001
Subsídios para investimento	3 036 065,64	3 036 065,40
Venda de sucatas	0,00	19 717 ,11
Outros	100 729,36	17 552,82
	<u>3 136 795,00</u>	<u>3 073 335,33</u>

A rubrica "Correcções relativas a exercícios anteriores" respeita essencialmente a valores pagos no exercício respeitantes a trabalho extraordinário de anos anteriores.

A rubrica "Outros custos extraordinários" inclui essencialmente valores relativos à reestruturação que tem vindo a ser operada na Empresa.

Refª

POC

48 OUTRAS INFORMAÇÕES

OUTROS DEVEDORES

	2002	2001
Outros	1 898 635,74	1 242 113,71
Pessoal	146 170,2	60 937,55
	<u>2 044 805,95</u>	<u>1 303 051,26</u>

Refª

POC

49 OUTRAS INFORMAÇÕES

ACRÉSCIMO DE PROVEITOS

	2002	2001
Consumos de água	7 370 241,19	7 310 875,14
Quota de serviço	1 589 592,80	1 582 421,33
Outros	102 698,55	103 486,85
	<u>9 062 532,54</u>	<u>8 996 783,32</u>

Refª

POC

50 OUTRAS INFORMAÇÕES

CUSTOS DIFERIDOS

	2002	2001
Custos Plurienais	1 246 790,71	3 474 594,42
Subsídios a Câmaras Médio Tejo	0,00	7 601,68
Outros	574 878,73	746 352,51
	<u>1 821 669,44</u>	<u>4 228 548,61</u>

[Refª](#)[POC](#)**51 OUTRAS INFORMAÇÕES****ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS**

	2002	2001
<i>Saldos devedores</i>		
IVA	6 728 265,11	2 584 481,93
IRS – Retenções	-	2,27
Contrp/ Segurança Social	-	89,51
Outros	1 105,60	565,36
	<u>6 729 370,71</u>	<u>2 585 139,07</u>
<i>Saldos credores</i>		
IRC	3 212 703,52	97 725,57
IRS - Retenções efectuadas a terceiros	378 359,13	312 704,05
Contribuições para a Segurança Social	473 244,85	485 541,79
Imposto de selo	13 370,00	11 272,82
Outro	320,85	2 119,89
	<u>4 077 998,35</u>	<u>909 364,12</u>

[Refª](#)[POC](#)**52 OUTRAS INFORMAÇÕES****OUTRO CREDORES**

	2002	2001
<i>Câmara Municipal de Lisboa:</i>		
Tarifa de saneamento (Portaria 399/85)	9 934 018,49	9 454 284,71
Tarifa adicional (Portaria 309/84)	808 295,41	747 587,89
Outros	2 314 807,62	1 160 666,54
	<u>13 057 121,52</u>	<u>11 362 539,14</u>

[Refª](#)[POC](#)**53 OUTRAS INFORMAÇÕES****ACRÉSCIMOS DE CUSTOS**

	2002	2001
Seguros a liquidar	313 511,31	298 315,82
Férias, subs de férias e respect enc. Soc.	3 489 566,25	3 859 488,03
Juros vencidos e não liquidados	909 382,50	842 085,07
Benefícios de reforma a liquidar	15 306 887,90	11 699 502,85
Outros	893 396,35	557 981,68
	<u>20 912 744,31</u>	<u>17 257 373,45</u>

Refª

POC

54 OUTRAS INFORMAÇÕES

PROVEITOS DIFERIDOS

O movimento ocorrido no ano resume-se como segue:

	1.01.02	AUMENTOS NO ANO SUBSÍDIOS AO INVESTIMENTO	31.12.02
Subsídios recebidos	87 877 304,49/	46 836,74/	87 924 141,23/
Regularizações			
Proveitos reconhecidos	(26 481 539,49)	(3 036 065,63)	(29 517 605,12)
Outros	1 523,47	55,22	578,69
	<u>61 397 288,47</u>		<u>58 408 114,80</u>

Os «subsídios ao investimento» recebidos durante o exercício discriminam-se da seguinte forma:

OUTROS

Projecto INDAQUA	973,00
Projecto LORE	45 863,74
	<u>46 836,74</u>

Refª

POC

55 OUTRAS INFORMAÇÕES

RECONCILIAÇÃO DA CONTA 86

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte da administração fiscal durante um período de 5 anos, sendo que a partir de 1997, esse período passou a ser de 6 anos. O último ano considerado como liquidado definitivamente pela administração fiscal reporta-se a 1999.

O encargo de imposto registado no período corresponde essencialmente a:

	Base Fiscal	Imposto
Resultado antes de Impostos	13 483 569,01	
Variações Patrimoniais	- 857 328,00	
Diferenças permanentes	<u>1 857 430,87</u>	
	14 483 671,88	
Encargo normal de imposto (33%)		4 779 611,72
Ajustamento de taxas e outros:		
Regularização provisão exercícios 97/98/99	- 759 968,02	
Tributação autónoma		<u>86 327,63</u>
		<u>4 105 971,33</u>



Relatório e Parecer
do Fiscal Único



De acordo com a lei e os estatutos, o fiscal único de EPAL, S.A. apresenta o relatório anual de actividade e o seu Parecer sobre o Relatório e Contas de Gestão do exercício de 2002.

n RELATÓRIO

No âmbito das suas atribuições este órgão acompanhou a gestão da empresa nas áreas essenciais da actividade, tendo por base o exame periódico das demonstrações financeiras e outros elementos de exploração preparados pelos Serviços. As conclusões das análises constam de relatórios trimestrais que foram apresentados, tempestivamente, ao Accionista e Conselho de Administração.

Em termos de síntese, indicam-se, como segue, os trabalhos desenvolvidos pelo fiscal único no decurso de 2002:

1. Apreciação da gestão, assente num exame regular e circunstanciado das peças contabilísticas mensais e respectivos elementos de suporte. A par destas verificações foram também analisados documentos respeitantes a áreas relevantes da actividade da empresa, com destaque para os investimentos; produção, consumos e perdas de água; operações de financiamento, gestão das mercadorias em armazém e as contas de terceiros.

2. Confirmação da titularidade, pela empresa, dos bens e valores mais relevantes afectos à exploração. Neste âmbito foi verificado que o activo fixo está reflectido no balanço pelo custo histórico ou de reavaliação e que as amortizações são calculadas tendo em vista a vida útil dos bens e em conformidade com as normas e orientações fiscais estabelecidas.

3. Controlo da execução dos orçamentos de exploração e da realização financeira do plano de investimentos, tendo-se concluído que os orçamentos evidenciam índices de realização final ajustados às estimativas iniciais e que o plano de investimento obteve uma realização financeira de 78,5% do montante inicialmente previsto. O valor facturado em 2002 eleva-se a 45,3 milhões de euros, valor este que tem uma variação positiva de 12% face ao ano anterior.

4. Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas e dos critérios de valorização dos activos, utilizados na preparação das demonstrações financeiras, os quais estão divulgados no Anexo de forma a evidenciar, de forma verdadeira e adequada, a situação financeira da empresa e o resultado do exercício.

5. Verificação de que os custos operacionais, representados basicamente pelas amortizações, gastos com pessoal e fornecimentos e serviços externos, tiveram neste exercício um crescimento global de 3%, face ao ano anterior; estando na base desse aumento os gastos com os fornecimentos e serviços externos, que registam uma elevação de 10,7%. Neste tipo de despesas, têm peso relevante os custos com electricidade, conservação e reparação, trabalhos especializados com auditoria/consultoria, serviço de taxas e fee's de gestão. Os custos com o pessoal e as amortizações registaram decréscimos próximos de 1%.

6. Confirmação de que as perdas de água neste exercício, com inclusão das águas de processo, atingem 46,6 milhões de m³, tendo baixado cerca de 3 milhões de m³ face ao ano anterior. Tal redução nas perdas de água, que é significativa face aos volumes de água desperdiçada, nos dois últimos exercícios, fez

baixar o seu índice global para 17,51%, em relação à água captada, que atingiu em 2002 um volume de 266 milhões de m³. O índice de perdas citado desce para apenas 15,73%, face à água produzida, sem a consideração dos desperdícios reflectidos pela água de processo. Os índices indicados são, em qualquer dos casos, dos mais baixos dos últimos anos.

Acresce salientar, ainda neste campo, que o controle e redução das perdas de água se insere no programa em curso de modernização da empresa, visando uma progressiva redução das perdas físicas de água e correspondentes prejuízos, reflectidos em sub-facturações e consumos clandestinos.

Neste âmbito, a empresa tem vindo a realizar investimentos elevados com vista à melhoria da rede de distribuição e a procurar exercer o controle das perdas de água por meios tecnologicamente mais evoluídos.

7. Verificados os níveis de financiamento do Fundo de Pensões, até ao final de 2002, pôde concluir-se que as responsabilidades da EPAL atingiam, naquela data, cerca de 87,6 milhões de euros e que tinham sofrido um aumento de 29,4 milhões de euros, face ao ano anterior. Por seu lado, o valor dos activos do Fundo era apenas de 30,9 milhões de euros, na mesma data, tendo registado um decréscimo de 4%, em relação ao valor do final de 2001. A insuficiência de cobertura deste Fundo, num total de 56,7 milhões de euros em 31.12.02, afigura-se-nos desajustada face ao volume de responsabilidades assumidas pela empresa, que têm vindo a registar um crescimento progressivo desde a constituição do Fundo em 1990, com gestão autónoma.

Por este motivo, julgamos pertinente que deveriam ser tomadas medidas adequadas com vista a obviar que as exigências financeiras do Fundo de Pensões se tornem inoportáveis, no futuro, para os meios libertos pela exploração da empresa com vista à sua cobertura.

8. A estrutura financeira da EPAL manteve em 2002 o equilíbrio genericamente já evidenciado em anos anteriores, não obstante a tendência verificada para uma progressiva degradação dos seus indicadores mais críticos. Neste sentido, pode verificar-se que o passivo de médio e longo prazo cresceu, neste exercício, proporcionalmente mais que o activo fixo, continuando este, no entanto, a ser coberto pelos capitais permanentes. O aumento do endividamento de m/l/ prazo originou uma quebra do indicador de solvabilidade em cerca de 8 pontos percentuais, face ao ano anterior, sem pôr, no entanto, em causa a capacidade de solvência da empresa, ainda elevada no final do exercício.

A liquidez geral e o fundo de maneio registam evoluções desfavoráveis em 2002, em especial este último indicador, cujo valor negativo, no final do ano, influenciou, negativamente a tesouraria líquida da empresa.

9. Confirmamos que o Balanço, a Demonstração dos Resultados e o Anexo, foram preparados de acordo com as regras e os princípios contabilísticos aplicáveis e reflectem de uma forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a situação financeira da EPAL em 31.Dez.02, bem como o resultado das suas operações no exercício findo naquela data.

10. Somos de opinião que a EPAL prosseguiu em 2002 os objectivos programados no ano anterior; que visam, no essencial, a oferta de melhores níveis de serviço prestado e a adequação da oferta do produto vendido às exigências da procura. A consolidação do novo modelo organizacional e a renovação e modernização dos sistemas de informação, têm também vindo a ser alcançados de forma satisfatória, atentas as transformações, no sentido de melhoria, já sentidas na empresa.

11. Na qualidade de Roc emitimos a Certificação Legal das Contas, com data de 21 de Março de 2003.

12. Concordamos que o Relatório de Gestão está em conformidade com as Contas do exercício e que a Proposta de Aplicação dos Resultados, nele incluída, cumpre o disposto na lei e nos estatutos, designadamente o prescrito no Código das Sociedades Comerciais quanto a esta matéria.

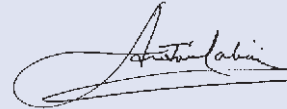
n PARECER

Em face do anteriormente exposto, é parecer do Fiscal Único que se encontram em condições de merecer aprovação pela assembleia geral:

- O Relatório e Contas do exercício de 2002, e
- A Proposta de Aplicação dos Resultados, nas condições apresentadas pelo Conselho de Administração.

Lisboa, 21 de Março de 2003

O Fiscal Único,



(António Dias Nabais)



n RELATÓRIO DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS - ANO DE 2002

*Exmo. Conselho de Administração da
EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A.*

I. Nos termos do disposto no art.º 451.º do Código das Sociedades Comerciais e no art.º 52.º do Decreto-Lei n.º 487/99, de 16 de Novembro, procedemos à revisão legal das contas dessa Empresa relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2002. O nosso trabalho foi desenvolvido de acordo com as normas técnicas e as directrizes de revisão/auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e com a profundidade considerada necessária nas circunstâncias.

Em consequência do exame efectuado emitimos a certificação legal das contas com data de 21 de Março de 2003.

2. O nosso trabalho incluiu, entre outros aspectos, o seguinte:

a) Reuniões com o Conselho de Administração e outros responsáveis, que nos prestaram todos os esclarecimentos solicitados.

Para uma melhor compreensão da gestão da empresa procedemos à leitura das Actas das reuniões do órgão de gestão, com base nas quais apreciamos os assuntos mais relevantes tratados nas mesmas reuniões.

b) Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas adoptadas pela Empresa, as quais se encontram divulgadas no Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados.

c) Verificação da conformidade das demonstrações financeiras com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte.

d) Análise do Sistema de controlo interno, com vista ao planeamento do âmbito e extensão dos

procedimentos de auditoria, que incidiu especialmente nas áreas de compras e vendas, contas a pagar e a receber; custos com o pessoal e existências, tendo sido efectuados testes de controle apropriados.

e) Realização dos testes substantivos considerados adequados em função da materialidade dos valores envolvidos, de que destacamos:

- Análise das reconciliações bancárias preparadas pela Empresa.
- Confirmação directa e por escrito junto de terceiros (bancos, clientes, fornecedores e outros) dos saldos de contas, responsabilidades e garantias prestadas ou obtidas, análise e teste das reconciliações subsequentes preparadas pela empresa. Nos casos em que não foi obtida resposta, efectuámos os procedimentos alternativos considerados adequados.
- Solicitação directa aos advogados da Empresa de informações sobre cobranças em curso, litígios ou acções judiciais pendentes e reclamações ou impugnações fiscais.
- Observação e controle das operações de inventariação física de existências, incluindo a apreciação das normas internas aplicáveis à sua execução, testes das contagens efectuadas e respectiva valorização.
- Inspeção física dos principais elementos do imobilizado corpóreo, bem como a confirmação directa da titularidade de bens sujeitos a registo e de eventuais ónus ou encargos incidentes sobre os mesmos.
- Análise e teste de elementos componentes dos custos e proveitos e das perdas e ganhos regista-

dos no exercício, com especial atenção ao seu balanceamento, diferimento e acréscimo.

- Exame das situações justificativas da constituição de provisões para redução de activos, para passivos ou responsabilidades contingentes ou para outros riscos.
- Verificação da situação fiscal e parafiscal da Empresa e da adequada contabilização dos impostos sobre lucros.
- Apreciação da política dos seguros de imobilizado e do pessoal, incluindo a actualização dos capitais seguros durante este exercício.

f) Solicitação da declaração do Órgão de Gestão, a qual nos foi prontamente fornecida.

3. Em face do trabalho desenvolvido, e para além dos aspectos referidos na Certificação Legal das Contas, entendemos ainda anotar que:

- a) Apreciámos a conformidade do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras do exercício, o qual consideramos satisfazer os requisitos legais, em especial o que está estabelecido nos arts. 65º e 66º do C.S.C..
- b) As demonstrações financeiras de 2002 apresentam-se formalmente de acordo com as normas contabilísticas em vigor e expressam, com alguma aderência à realidade, a situação financeira da Empresa e as operações realizadas no exercício.

Os compromissos financeiros que não figuram no balanço, reflectidos basicamente por garantias bancárias e por insuficiências de cobertura do Fundo de Pensões, estão adequadamente referenciados no Anexo, sendo os seus montantes de, respectivamente, 23 milhões e 56,8 milhões de euros. As garantias bancárias foram

concedidas, fundamentalmente ao BEI e aos Tribunais, por força de financiamentos obtidos e dos litígios em curso, respectivamente.

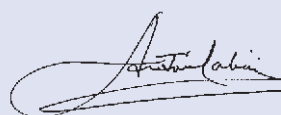
Quanto ao Fundo de Pensões, parece-nos justificar-se que sejam tomadas, logo que possível, medidas de contenção do volume de responsabilidades assumidas pela empresa que não estão cobertas pelo valor dos activos do Fundo. Tal diligência deve ser tomada, a nosso ver, com vista a obviar que, no futuro, a insuficiência de cobertura venha a atingir uma dimensão desproporcionada para os níveis de fundos que são libertos pela empresa para efeitos de cobertura financeira do citado Fundo de Pensões.

As responsabilidades não cobertas têm vindo a crescer, de ano para ano, desde a constituição do Fundo em 1990, com base numa gestão autónoma, tendo a insuficiência de cobertura aumentado cerca de 30 milhões de euros, apenas em 2002, face ao valor registado no ano anterior.

- c) Nos nossos relatórios trimestrais demos conta da evolução da actividade da empresa, em especial nos domínios da execução dos orçamentos de exploração e de investimento: dívidas de clientes; produção, consumos e perdas de água; gastos c/ pessoal e com os fornecimentos e serviços externos. A situação económica e financeira foi também aludida nos relatórios com as limitações consideradas próprias nas circunstâncias.

Lisboa, 21 de Março de 2003.

O Revisor Oficial de Contas



(António Dias Nabais)

Certificação Legal das Contas



n INTRODUÇÃO

1. Examinámos as Demonstrações Financeiras da EPAL-Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2002 (que evidencia um total de 604.887.166 euros e um total de capital próprio de 322.452.245 euros, incluindo um resultado líquido de 9.377.598 euros), as demonstrações dos resultados por naturezas e por funções e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

n RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de uma forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.

3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no exame daquelas demonstrações financeiras.

n ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de seguranga aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes.

Para tanto, o referido exame inclui:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizadas na sua preparação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade, e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

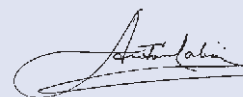
5. Entendemos que o exame efectuado constitui base suficiente para a emissão da nossa opinião.

n OPINIÃO

6. Em nossa opinião, as referidas Demonstrações Financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a situação financeira da EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A. em 31 de Dezembro de 2002, bem como os resultados das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites.

Lisboa, 21 de Março de 2003

O Revisor Oficial de Contas



(António Dias Nabais)

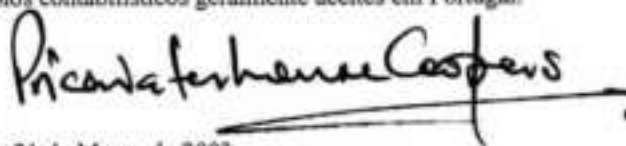
Aos
Accionistas da
EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A.

Relatório de Auditoria

1 Efectuámos a auditoria ao Balanço da EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A., à data de 31 de Dezembro de 2002, bem como às Demonstrações dos Resultados por naturezas e por funções do exercício findo naquela data e ao respectivo Anexo e à Demonstração dos Fluxos de Caixa. Estas Demonstrações Financeiras são da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa, competindo-nos como auditores a emissão de uma opinião sobre estas, baseada na nossa auditoria.

2 A nossa auditoria foi conduzida de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria. Estas normas exigem que planeemos e executemos a auditoria por forma a obtermos segurança aceitável sobre se as referidas Demonstrações Financeiras contêm ou não contêm distorções materialmente relevantes. Uma auditoria inclui o exame, numa base de teste, das evidências que suportam os valores e informações constantes das Demonstrações Financeiras. Adicionalmente, uma auditoria inclui a apreciação dos princípios contabilísticos adoptados e a avaliação das estimativas significativas efectuadas pela Administração bem como a apreciação da apresentação das Demonstrações Financeiras. Em nosso entender a auditoria efectuada constitui base suficiente para a emissão da nossa opinião.

3 Em nossa opinião, as Demonstrações Financeiras apresentam de forma apropriada, em todos os seus aspectos relevantes, a situação financeira da EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A., a 31 de Dezembro de 2002, bem como os resultados das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.



Lisboa, 21 de Março de 2003





EPAL relatório e contas 2002

edição EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A.

design gráfico, paginação e ilustração GIC - Gabinete de Imagem e Comunicação da EPAL